

Real | oito anos

Real



oito anos

brasília, 2002

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Estado
de Comunicação de Governo.

Real : oito anos. Brasília :

SECOM, 2002.

88 p.

1. Economia. 2. Política Social. I. Título.

CDD 338.981

CDU 338.22

Sumário



Real: oito anos 7



1. Avanços econômicos 9

A estabilidade econômica derrota a inflação 9

Renda maior para a família 11

Crescimento e desenvolvimento 13



2. Políticas sociais e qualidade de vida 29

Melhoria na qualidade de vida 29

IDH – o que é a sua evolução 31

Projeto Alvorada 32

Desenvolvimento urbano 33

O povo pode comprar mais 34

O governo investiu mais em desenvolvimento social 37

Políticas de inclusão social 38

Rede de Proteção Social 39

Educação 46

Combate ao analfabetismo 51

Saúde 55

Previdência Social 61

Assistência Social 66

Evolução no campo 70

Cultura 71



3. Reformas estruturais com desenvolvimento sustentável 75

Infra-estrutura 75

Minas e Energia 82

Meio Ambiente 84

Questão indígena 87

Reforma fiscal 87



Real *oito anos*

Em oito anos, o real deixou de ser mais um plano econômico para se transformar em vitorioso projeto nacional de uma nação mais justa e competitiva. Depois da estabilização da economia, a partir da construção de uma moeda forte, o Brasil mudou.

Mudou porque pode agora enxergar seus problemas, direcionar suas ações e exigir seus direitos. Nesses oito anos, o País se uniu. Governo, iniciativa privada e sociedade civil aprenderam a trabalhar juntos, sem se preocuparem com a inflação que corroía os salários e a capacidade de investimento do Estado, para construir um Brasil com menos desigualdades.

Ao passar em revista os últimos oito anos, o País tem motivos para se sentir confiante. Saiu de uma taxa de inflação mensal média

Levar o Brasil para o futuro exigiu da população vontade e crença, enquanto do Governo Federal, clareza, planejamento e firmeza

de 22%, nos dez anos anteriores ao Real, para a média de 0,6% ao mês. Os avanços se medem pelos resultados econômicos e sociais colhidos nesse período. E é impossível negar – a não ser por má-fé – que as reformas realizadas pelo Governo foram profundas e mudaram para melhor a vida dos brasileiros.

Levar o Brasil para o futuro exigiu da população vontade e crença, enquanto do Governo Federal, clareza, planejamento e firmeza. Firmeza de propósitos que, muitas vezes, o impedia de optar pelo caminho mais fácil – que punha em risco a estabilidade da moeda e da economia, para tomar medidas muitas vezes impopulares e difíceis politicamente.

Foram aprovadas medidas como as reformas da Previdência e Administrativa e a Lei de Responsabilidade Fiscal que selaram o compromisso do País e de seus dirigentes com a racionalidade, a transparência e a prudência na administração do dinheiro público.

A reorganização das finanças públicas e o saneamento das contas da União, estados e municípios foram fundamentais para que o setor público deixasse de ser um peso morto e voltasse a assumir um papel positivo no desenvolvimento econômico e social do País.

A insuficiência dos investimentos estatais havia deixado gargalos na infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicações. O saneamento das contas públicas e as privatizações permitiram a retomada de investimentos nesses setores. A expansão da oferta e o aumento da eficiência da infra-estrutura beneficiaram a todos os usuários.

O uso de novas tecnologias, com o conseqüente aumento na produtividade nas empresas, exigiu respostas rápidas do Governo e da sociedade. Foram criados programas de capacitação de mão-de-obra e linhas de crédito para setores com grande capacidade de absorção de trabalhadores. Reativou-se ainda o setor de construção civil, com a reabertura do financiamento para a compra da casa própria.

De forma transparente e responsável o Governo Federal vem consolidando o projeto nacional chamado Real. E vem ganhando, assim, o respeito interno e externo para superar as crises causadas pela chamada globalização da economia. Tudo com a certeza de que o Brasil mudou. Mudou para melhor.



1

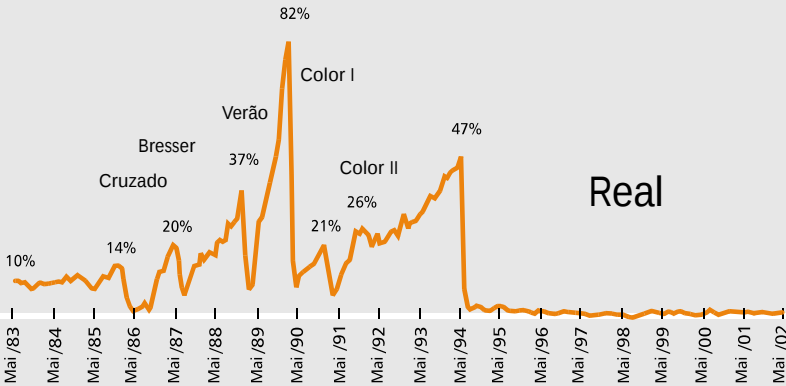
avanços econômicos

A estabilidade econômica derrota a inflação

A inflação era um problema crônico no Brasil. Os fracassos dos sucessivos planos econômicos, antes do Real, mostraram que era preciso firmeza do governo e determinação da sociedade para que ela fosse vencida. Pois, a cada vacilo na condução do processo de estabilização, ela ganhava força.

Em janeiro de 1986, às vésperas do lançamento do Plano Cruzado, a inflação estava em 14% ao mês. Em junho de 1994, quando o Plano Real foi lançado ela atingiu a marca de 47% mensais, depois de várias oscilações.

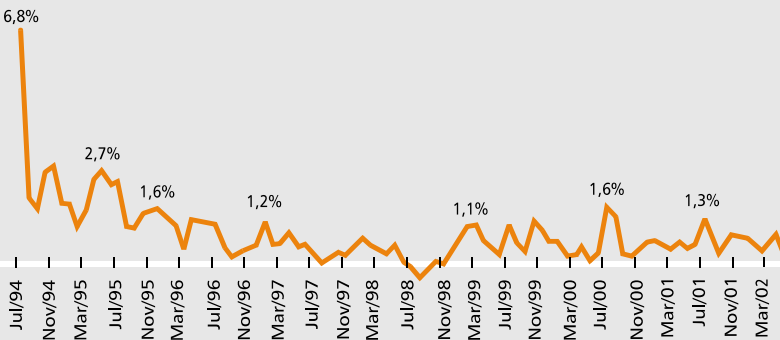
Inflação mensal 1983-2001
(IPCA)



Fonte : IBGE

O descontrolado da inflação impedia qualquer planejamento, seja dos governos – federal, estadual e municipal –, seja das empresas ou da sociedade. Além disso, as altas taxas inflacionárias inibiam os investimentos nas áreas social e de infra-estrutura. Hoje a inflação está controlada. E isso permite ao Governo organizar seus gastos e direcionar investimentos para reduzir as desigualdades sociais existentes no País.

Inflação mensal 1994-2001
(IPCA)

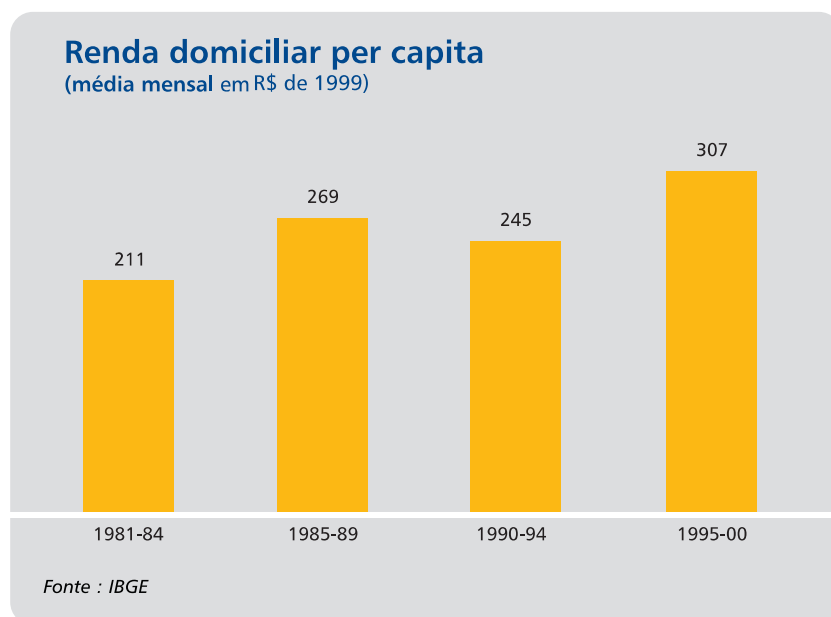


Fonte : IBGE

A partir do Plano Real, entre 1995 e 1998, a inflação convergiu rápida e persistentemente para níveis característicos de países desenvolvidos (ver quadro). Esse resultado foi fundamental para que o Brasil conseguisse sepultar os mecanismos formais e informais de indexação que realimentavam a espiral inflacionária.

Mesmo a desvalorização do Real em relação ao dólar, em janeiro de 1999, e as sucessivas crises internacionais, que ocorreram nos últimos anos – México (1997), Rússia (1998), Terrorismo (2001), Argentina (2002) – não afetaram a inflação e nem levaram o País à recessão. As respostas adequadas das políticas fiscal e monetária aliadas à desindexação e à abertura da economia mudaram estruturalmente o comportamento das empresas e dos consumidores. A estabilidade criou raízes.

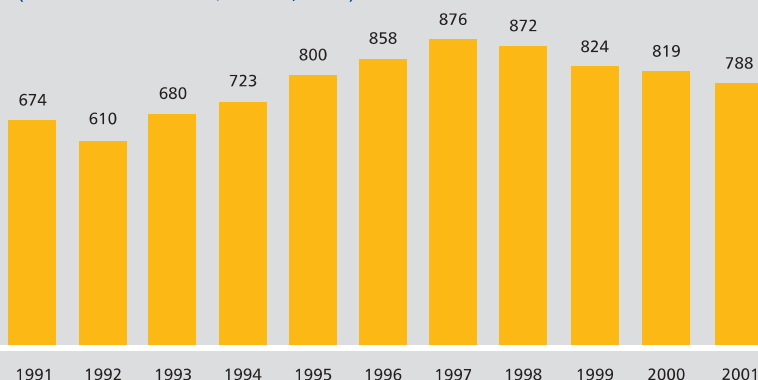
Renda maior para a família



A renda das famílias respondeu positivamente à estabilização e à aceleração da atividade econômica. Na média de 1990 a 1994, a renda domiciliar per capita ficou 9% abaixo dos cinco anos anteriores. Na média do período entre 1995 e 2000, ela registrou um crescimento de 25% sobre a primeira metade da década de 1990.

Rendimento do trabalho

(média mensal em R\$ de dez/2001)

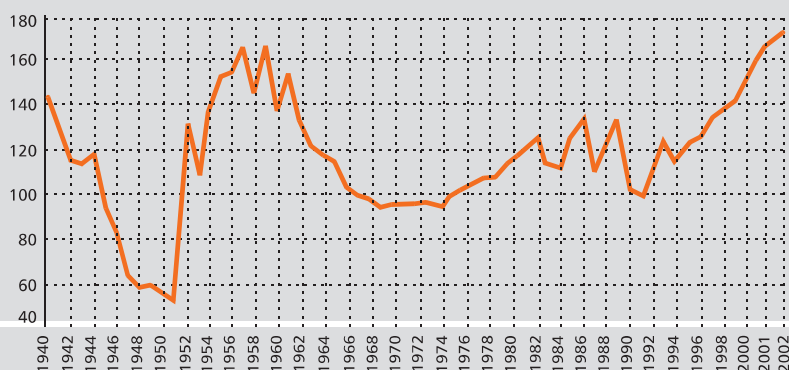


Fonte : IBGE

Nos dois primeiros anos do Plano Real, o rendimento dos trabalhadores aumentou fortemente graças à queda da inflação e à expansão do emprego. Depois, manteve-se relativamente estável até o final de 1998. Teve perdas nos últimos três anos, sob o impacto da desvalorização cambial e da retração da atividade econômica. Mesmo assim, na média de 1999 a 2001, o rendimento mensal dos trabalhadores chega a R\$ 810 contra R\$ 655, entre 1991 a 1995, com um aumento de 23,8%.

Salário mínimo real

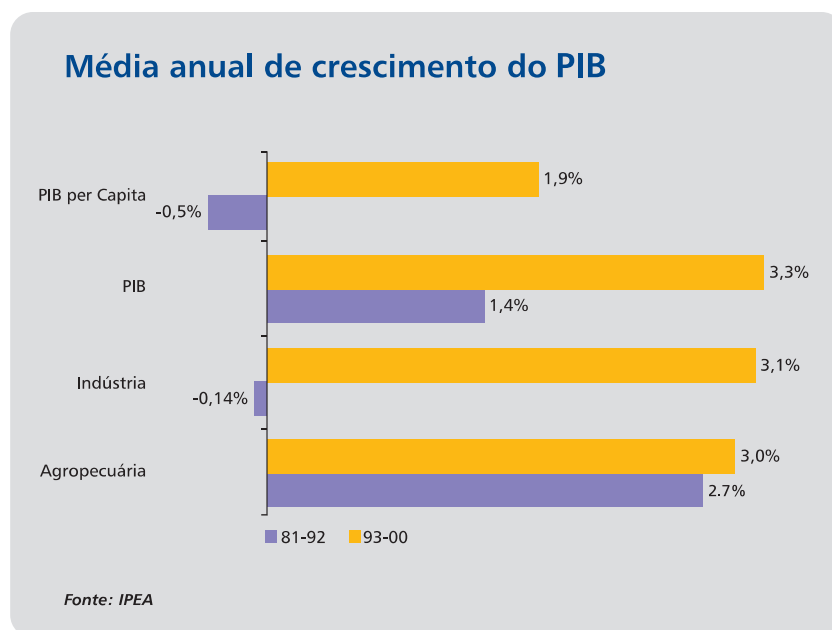
(médias anuais, deflacionadas pelo IPC-FIPE, em R\$ de abr. 2000)



Fonte : IPEA, Texto para Discussão nº 839. Miguel N. Foguel, Lauro Ramos e Francisco Carneiro, *The Impacts of the Minimum Wage on Labor Market, Poverty and Fiscal Budget in Brazil*. (Outubro de 2001).

Nunca o salário mínimo real esteve em nível tão alto. Depois do Plano Real, o salário teve uma elevação acentuada e houve um esforço para que se mantivesse o poder de compra da população. Isso pode ser verificado se compararmos o salário mínimo com a cesta básica. Enquanto a cesta básica teve aumento de 44% desde o lançamento do Real, o crescimento do salário mínimo ficou em 177% até 2001 e 208% depois do último reajuste em abril deste ano. Antes do Real, o salário mínimo comprava pouco mais da metade da cesta básica (60%). Hoje seu valor supera em 20% o custo da cesta básica.

Crescimento e desenvolvimento



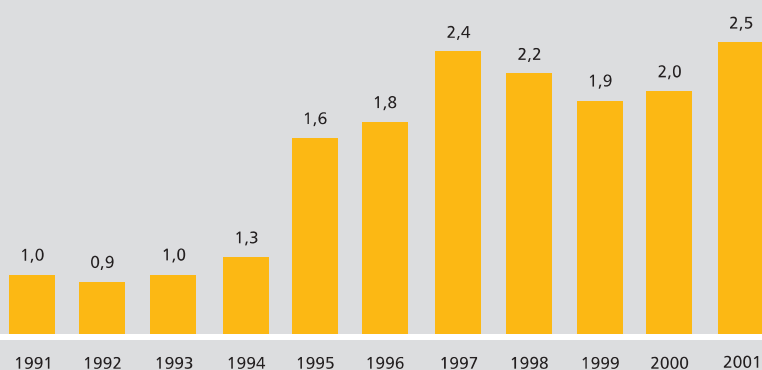
Desde a estabilização da economia em 1994, não houve ano com crescimento negativo do PIB – Produto Interno Bruto. Enquanto entre 1981 e 1992 o crescimento da economia brasileira foi, em média, de apenas 1,4% ao ano (nesses 12 anos, em cinco registrou-se queda no crescimento), de 1993 a 2000, o crescimento acumulado ficou em 30%, com média anual de 3,3%.

A indústria vinha encolhendo no período de 1981 a 1992, com a queda média anual do PIB de 0,14%. Mas, desde 1993, recuperou o

dinamismo e foi o grande motor da economia, com uma expansão média de 3,1% ao ano. A agropecuária também aumentou seu ritmo de crescimento, de 2,7% para 3%. Com isso, contribuiu expressivamente para a estabilização dos preços, geração de divisas e expansão da economia.

Investimento na indústria

(Índice 1991=1)



Fonte: IPEA/Diset

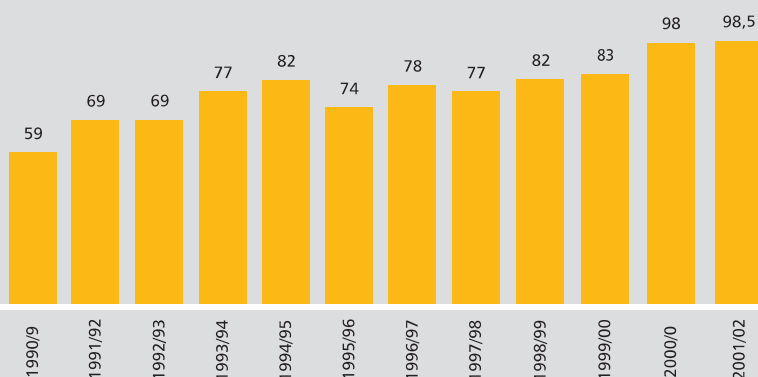
A retomada do investimento no setor industrial é marcante. A média do volume de recursos aplicados entre 1995 e 2000 na indústria foi 87% maior que entre 1991 e 1994. Passou de um índice de 1, em 1991, para 2, no ano 2000. Houve variações por causa das várias crises mundiais, mas de qualquer forma, na média, o volume de investimentos no setor industrial mais que dobrou de 1991 a 2001.

• PRODUÇÃO AGRÍCOLA, PECUÁRIA E INDUSTRIAL RECORDES

A produção de grãos deu saltos significativos a partir de 1993: na safra 1994/1995, a primeira depois do Plano Real, ultrapassou a marca de 80 milhões de toneladas, e este ano, na safra 2001/2002, deverá chegar a 98,5 milhões de toneladas de grãos. O crescimento em relação a 1992/1993 é de 43%.

Produção de grãos

(milhões de toneladas)

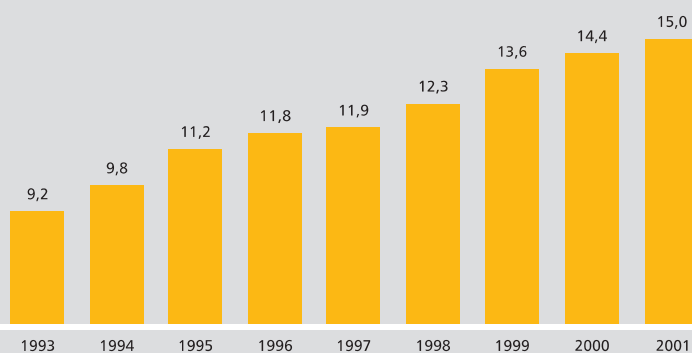


Fonte: IBGE/CONAB

Na pecuária a situação não é diferente. A produção de carnes bovina, suína e de aves cresceu 68% de 1993 a 2001, impulsionada tanto pela expansão do consumo interno quanto pelas exportações, cujo desempenho está levando o Brasil a ocupar importante posição no ranking mundial.

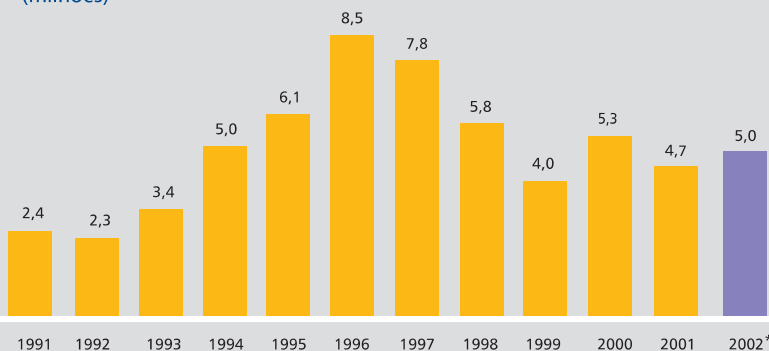
Produção de carnes

(milhões de toneladas)



Fonte: CONAB, IBGE

Produção de TV em cores (milhões)



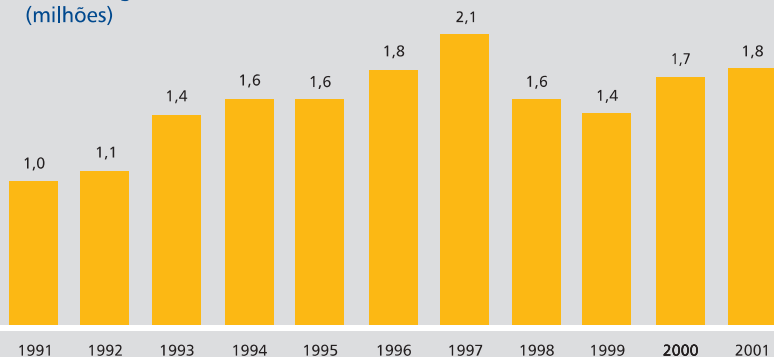
Fonte: Abinee, Eletros

*estimativa

O aumento da renda e a recuperação do acesso ao crédito impulsionaram o consumo de bens duráveis. Apesar do crescimento das importações, a expansão da demanda foi atendida basicamente pela indústria local, que ampliou sua oferta e diversificou sua produção, motivada pela reestruturação da economia. No setor de televisores, por exemplo, a produção deu um salto, passando de 2,4 milhões de unidades em 1991 para 5 milhões neste ano, totalizando um crescimento de 108%.

A indústria automobilística também foi beneficiada com a estabilidade econômica. Em 1991 foram produzidos um milhão de automóveis no País. Em 1995 a produção já havia alcançado 1,6 milhão de unidades. No final do ano passado a produção atingiu 1,8 milhão de veículos novos.

Produção de autoveículos (milhões)

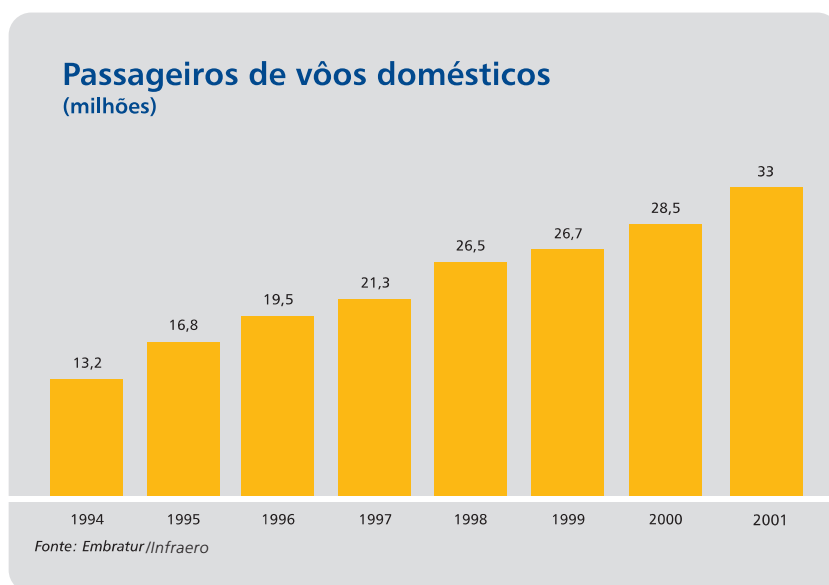


Fonte: Anfavea

• TURISMO

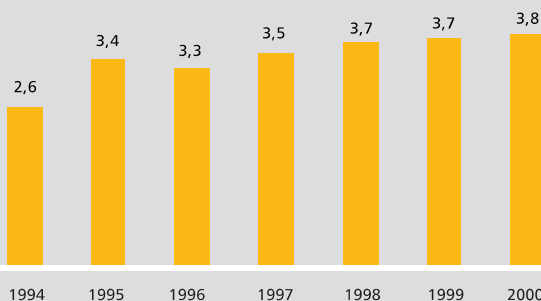
O Brasil começa finalmente a aproveitar o enorme potencial turístico que possui. A indústria do turismo tem contribuído para o desenvolvimento do País ao promover a descentralização da atividade econômica e levar novas oportunidades de emprego e renda a regiões distantes dos grandes centros urbanos.

Desde 1995, foram aplicados US\$ 8 bilhões pelos governos federal e estaduais em infra-estrutura. Esses recursos foram usados, principalmente, em obras de saneamento básico e na restauração de locais históricos. A partir dessas ações do Governo, a expectativa é de que até o final deste ano mais US\$ 6 bilhões sejam investidos pela iniciativa privada em empreendimentos turísticos.



O reflexo desses investimentos já pode ser medido pela evolução das viagens internas e externas. De 1994 a 2001, o desembarque de passageiros de vôos domésticos aumentou 150%, subindo de 13,2 milhões para 33 milhões. A entrada de turistas estrangeiros no País também cresceu, passando de 1,9 milhão, em 1994, para 5,3 milhões de visitantes em 2000, totalizando um incremento de 187%.

Número de Empregados no setor (milhares)



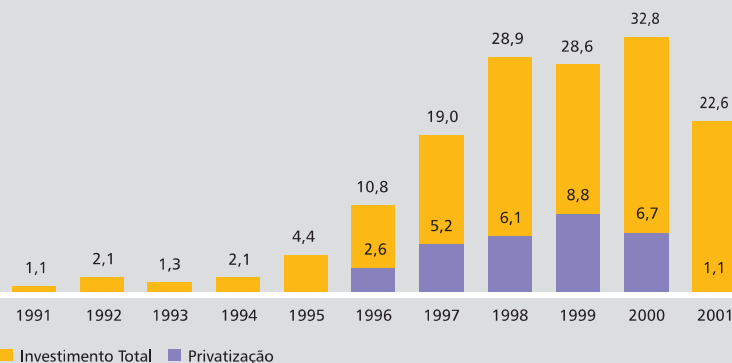
Fonte: RAIS/EMBRATUR

Nota: Dados estimados a partir dos dados RAIS/MTE e população empregada com carteira de trabalho (IBGE) expandindo para PEA - População Economicamente Ativa - (IBGE)

A expansão da indústria de turismo tem influência direta na geração de empregos, principalmente nas atividades de alojamento e alimentação. De 1994 a 2000, o número estimado de empregos no setor aumentou acima de 46%, com a criação de mais de um milhão de novos postos de trabalho.

• INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

Entrada de investimentos diretos (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central.

No início da década de 90, o País atraía poucos investimentos estrangeiros. O ingresso anual era de cerca de US\$ 1 bilhão, mas deu um salto a partir do Plano Real. A média anual de 1994 a 2001 foi 13 vezes maior que no começo da década.

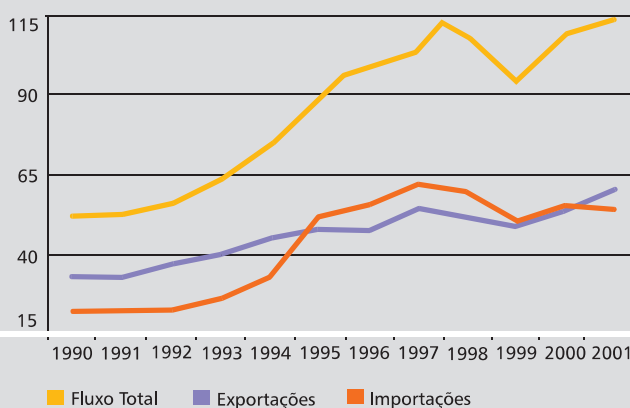
Desde 1996, o Brasil só foi superado pela China como principal destino dos investimentos estrangeiros diretos entre os países emergentes. De US\$ 1,3 bilhão, em 1993, o volume de investimentos diretos saltou para US\$ 33 bilhões, em 2000. Em 2001, apesar de todas as dificuldades externas e da crise de energia elétrica, o montante de recursos aplicados no País chegou a US\$ 22,6 bilhões.

Ao contrário do que acontecia quando a economia era fechada, o novo ciclo de ingresso de investimentos estrangeiros traz para o Brasil novos métodos e tecnologias de produção, adequando o produto nacional aos padrões internacionais. E a tese de que o País cresceu, mas se desnacionalizou é falsa. A entrada de capital estrangeiro não significou perda de controle por parte da maioria das empresas de capital brasileiro.

• COMÉRCIO EXTERIOR

Comércio exterior

(US\$ bilhões)



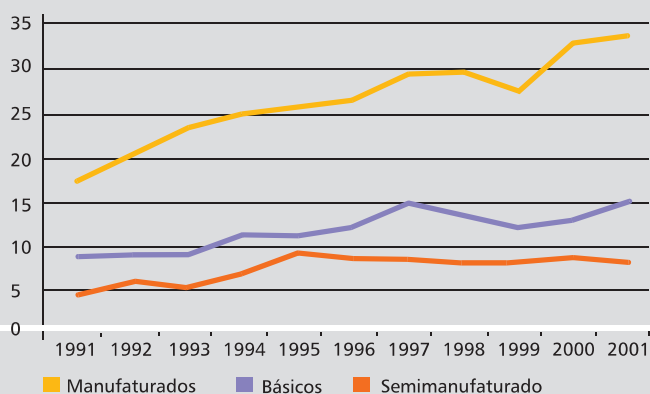
Fonte: Secex-MD/C

O projeto nacional que criou o Real não permitia que se pensasse o Brasil afastado do resto do mundo. Por isso, refletindo a maior integração do País à economia mundial, o fluxo do comércio exterior brasileiro expandiu-se fortemente desde 1994. De uma corrente de comércio (exportações mais importações) inferior a US\$ 60 bilhões anuais no começo da década de 90 chegamos a US\$ 106 bilhões, em média, entre os anos de 1995 a 2001.

Desde 1993, a expansão do comércio exterior foi estimulada principalmente pelo aumento das importações, levando a um desequilíbrio na balança comercial a partir de 1995.

Após a adoção do regime de câmbio flutuante, em janeiro de 1999, houve uma sensível mudança nessa tendência. De um déficit de US\$ 6,6 bilhões em 1998, com crescimento praticamente nulo da economia, passou-se a uma situação próxima do equilíbrio em 2000, com a expansão do PIB em 4,5 %. Em 2001, o Brasil obteve um superávit comercial de US\$ 2,6 bilhões, para uma expansão do PIB estimada em 2%.

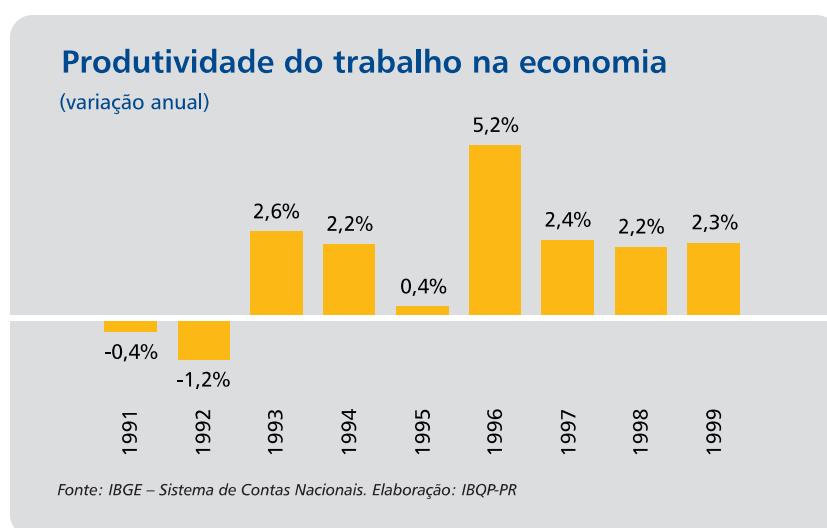
Exportações por classe de produto (US\$ bilhões)



Fonte: Secex-MDIC

As exportações quase que dobraram e para garantir as vendas do País no exterior, o Governo Federal entrou em conflitos comerciais com os Estados Unidos, Canadá, Argentina e União Européia. O Governo recorreu, ainda, à Organização Mundial do Comércio (OMC) para defender o produto brasileiro do protecionismo internacional.

• INVESTIMENTOS E CONQUISTAS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA



O ambiente criado pela combinação de abertura, estabilidade e privatizações resultou num expressivo e continuado aumento da produtividade do trabalho na economia brasileira, que praticamente estagnara na década de 80. De 1991 a 1992, a produtividade do trabalho, no conjunto da economia, diminuiu em média 0,8% ao ano. Entre 1993 e 1999, registrou-se, no entanto, um aumento de produtividade de 2,5% a cada ano.

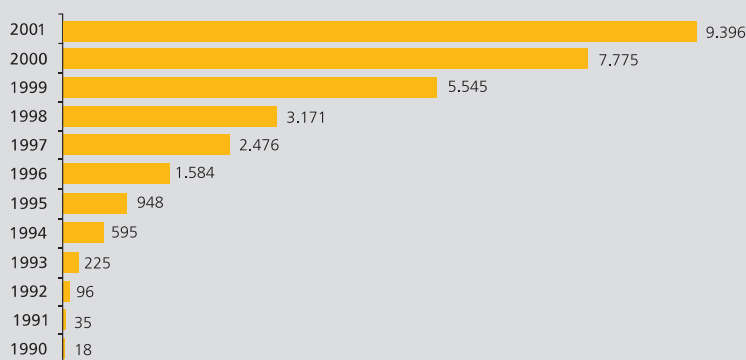
Os ganhos com a incorporação de tecnologia foram especialmente acentuados na indústria de transformação, onde a produtividade do trabalho mais que dobrou desde o começo da década.

As novas tecnologias também chegaram ao campo. A mecanização da agricultura e o avanço tecnológico trouxeram aumento de produtividade. O crescimento da produção de grãos na década de 1990 deu-se

praticamente sem expansão da área cultivada, resultando num aumento de 69% de produtividade.

Certificação ISO 9000 no Brasil

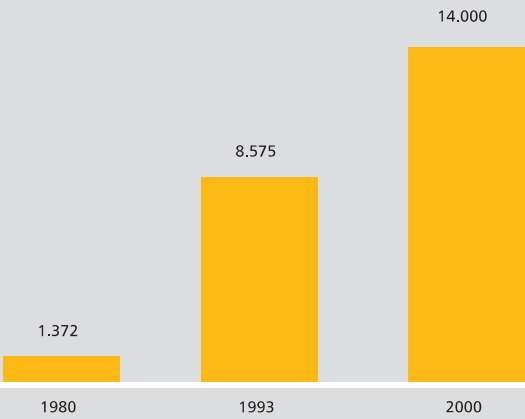
(movimento anual)



Fonte: ABNT/Inmetro.

A certificação ISO 9000 traduz o salto dado pelo Brasil em produtividade e a preocupação das empresas em investirem na qualidade de seus produtos. De 1990 a 2001, o número de certificados aumentou exponencialmente. Estamos acima da Espanha, quase empatados com a Coreia do Sul. O governo criou 14 fundos setoriais de pesquisa, com taxas cobradas das empresas, em geral de setores privatizados. Com esses 14 fundos, o Brasil terá, a partir deste ano, verbas adicionais de R\$ 1 bilhão anuais para o financiamento de pesquisas.

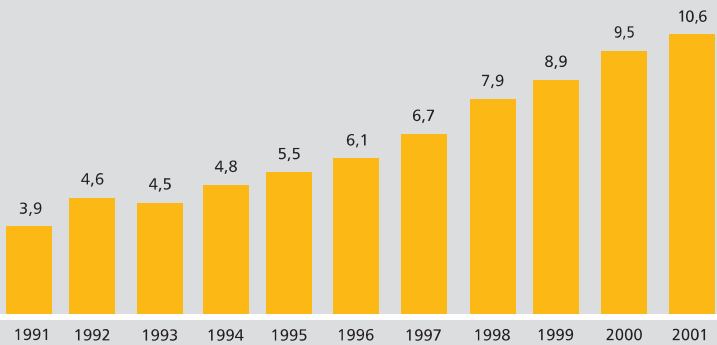
Bolsas de Doutorado no País e no Exterior



Fontes: Ministério da Educação / CNPQ

O País forma anualmente 6.300 doutores. Isto é equivalente ao número de títulos de doutorado conquistados a cada ano em países como Coréia do Sul, China, Itália e Suíça.

Artigos em periódicos científicos
(milhares)



Fonte: Institute for Scientific Information (ISI). National Science Indicators.
Elaboração: Coordenação de Estatísticas e Indicadores - Ministério da Ciência e Tecnologia.

A publicação de artigos brasileiros em periódicos científicos internacionais também cresceu significativamente. Em 1991 foram publicados 3,9 mil artigos nesses periódicos e em 2000 este número chegou a 9,5 mil.

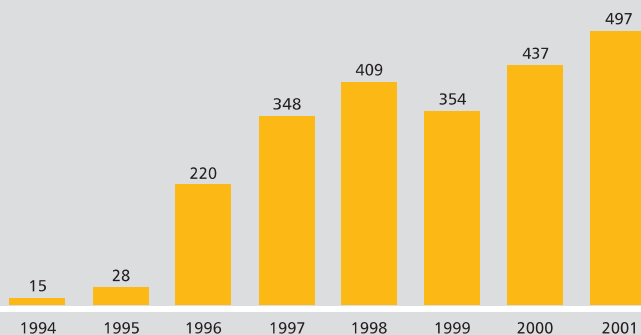
• A QUESTÃO DO EMPREGO: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS

O fim do processo inflacionário e a integração competitiva da economia brasileira à economia global repercutiram no funcionamento do mercado de trabalho e exigiram mudanças significativas nas instituições que regulam as relações de trabalho.

Com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e empenhado em corrigir distorções inerentes à evolução do mercado, o governo tem desenvolvido ações de fomento ao emprego e ao trabalho, para proteção e assistência ao trabalhador.

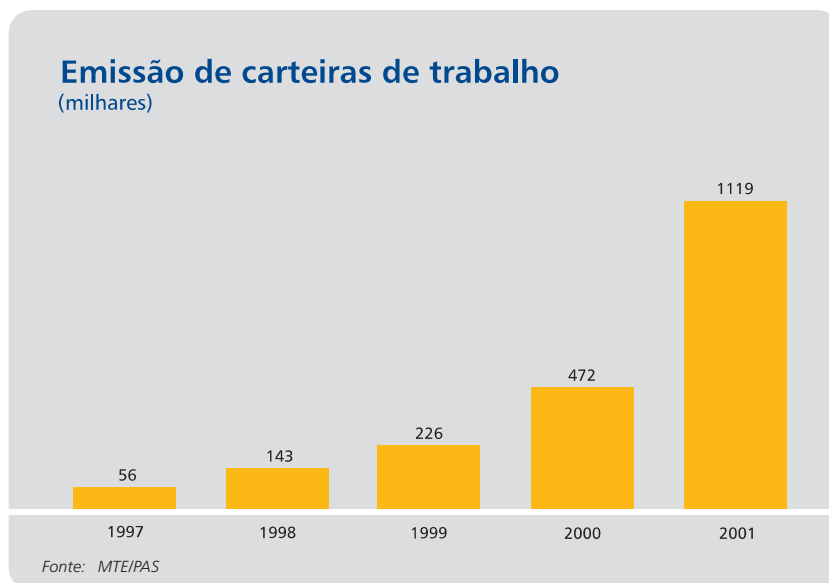
Essas ações criam os mecanismos que permitem a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida. Para proporcionar isso, em 1995, o Governo instituiu o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), com o objetivo de assegurar a integração do trabalhador no mercado de trabalho, promovendo o aumento da empregabilidade, da produtividade e da renda.

Planfor – recursos aplicados (milhões de Reais)



Fonte: Relatórios gerenciais do Planfor 95/98/99 e SIGAE 2000/2001.

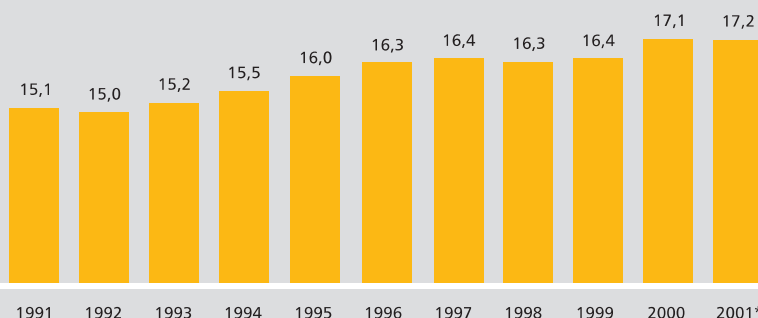
De 1995 a 2001, o Planfor qualificou 14,9 milhões de pessoas, com recursos da ordem de R\$ 2,3 bilhões do FAT. A meta é terminar 2002 com um total, acumulado desde 1995, de 17,4 milhões de pessoas qualificadas. Isso representará um investimento de R\$ 3 bilhões.



Além da qualificação profissional, o Governo Federal começou a emitir, em 1997, um novo tipo de carteira de trabalho. Ele incorpora itens de segurança que dificultam fraudes contra o seguro-desemprego, o FGTS e os benefícios previdenciários.

A conclusão da remessa de nova carteira de trabalho em todo o País está prevista para este ano. No total, de 1997 até 2001, aproximadamente 1,8 milhão de novas carteiras foram emitidas.

População ocupada (milhões)



Fonte: IBGE, Pesquisa mensal de emprego. (*) Doze meses até nov. 2001

De junho de 1994 a junho de 2001, a população ocupada nas seis principais regiões metropolitanas do País cresceu a uma taxa média de 1,6% ao ano, com a criação líquida de 1,8 milhão de empregos novos. A evolução do emprego passou por três fases nesse período.

Na primeira, até outubro de 1996, houve aumento de 1,1 milhão de pessoas na população ocupada, numa taxa de 3% ao ano. Na segunda, entre outubro de 1996 e abril de 1999, sob o efeito das crises externas e da mudança do regime de câmbio, ocorreu a perda líquida de 344 mil postos de trabalho. Na terceira fase, que começou em meados de 1999, os efeitos das crises externas e da desvalorização do real foram superados e o mercado de trabalho apresentou um desempenho excelente, com uma taxa de crescimento média de 4,8% ao ano.

No mês de agosto de 2000, foi atingida a marca recorde de 928 mil empregos líquidos criados em um intervalo de 12 meses. A partir daquele mês, o emprego manteve-se praticamente constante, variando apenas por causa de fatores sazonais.

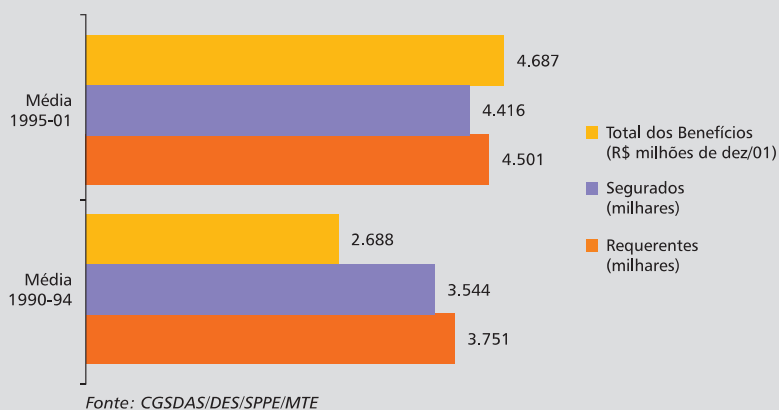
As variações dos índices globais de emprego e desemprego foram acompanhadas por mudanças importantes na distribuição por setor e por área. Houve migração de postos de trabalho da indústria para o setor de serviços.

O emprego industrial deslocou-se das regiões metropolitanas para o interior e da Região Sudeste para as regiões Sul e Centro-Oeste, indicando um processo de desconcentração espacial da atividade econômica.

Uma mudança menos visível, mas extremamente positiva, ocorreu na escolaridade da população economicamente ativa (PEA). De 1991 até 2001, os trabalhadores com nove anos ou mais de instrução ampliaram sua participação na PEA em 17 pontos percentuais, de 35% para 52%. Enquanto isso, a participação dos trabalhadores com até quatro anos de instrução diminuiu 17 pontos percentuais, de 39% para 23%.

O aumento da produtividade da economia não se deu apenas pela incorporação de máquinas e processos mais modernos, mas por uma melhora substancial na qualificação dos trabalhadores.

Seguro desemprego



O seguro desemprego faz parte da Rede de Proteção Social criada pelo Governo Federal para diminuir o problema, existente no País, de ajuste do mercado às exigências da globalização.

O benefício garante renda e dignidade aos trabalhadores que forem dispensados sem justa causa, permitindo que eles tenham fôlego para buscar aperfeiçoamento profissional e uma nova colocação no mercado.

O seguro é concedido ao trabalhador dispensado sem justa causa (inclusive o doméstico) e o pescador artesanal durante o período de proibição da pesca.

Nos 11 primeiros meses de 2001 foram beneficiados cerca de 4,3 milhões de trabalhadores, com desembolsos de R\$ 4,6 bilhões em valores de dezembro de 2001. Para este ano, estima-se que serão necessários recursos da ordem de R\$ 5,5 bilhões.

Entre 1995 e 2001, tiveram acesso ao programa 4,4 milhões de trabalhadores por ano de um total de 4,5 milhões de pedidos, ao custo anual de aproximadamente R\$ 4,7 bilhões. O número de beneficiários no período supera a média do período de 1990 a 1994 em cerca de 20%, enquanto o gasto médio real cresceu 74%. Também o valor real médio do benefício apresenta um crescimento significativo da ordem de 18,6%.

O aumento no volume de segurados reflete a elevação do patamar de demissões no segmento formal do mercado de trabalho e, ainda, a flexibilização dos critérios para a concessão do seguro desemprego. A partir da segunda metade da década de 90 houve redução do tempo de vínculo empregatício necessário para acesso ao benefício.

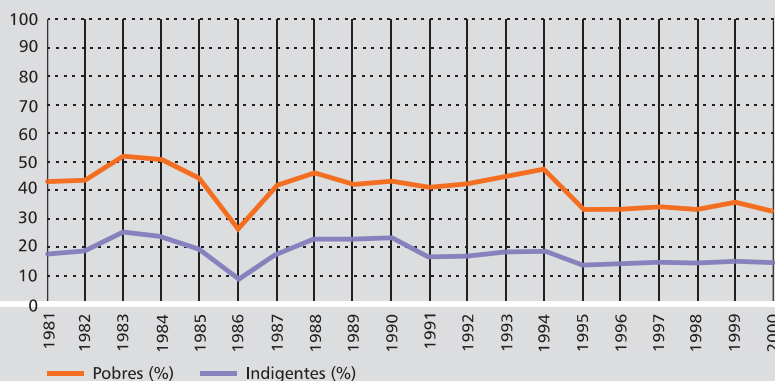


Melhoria na qualidade de vida

• REDUÇÃO DA POBREZA

EM 1992 A ESTAGNAÇÃO e a disparada da inflação agravavam a miséria secular no País. Mais de 40% dos brasileiros viviam abaixo da linha de pobreza. A partir do Plano Real, o contingente de pobres teve uma forte redução e mantém-se estável em torno de 30% da população. Considera-se pobres, famílias que vivem com renda per capita inferior a US\$ 2 por dia.

População abaixo da linha da pobreza (% do total)

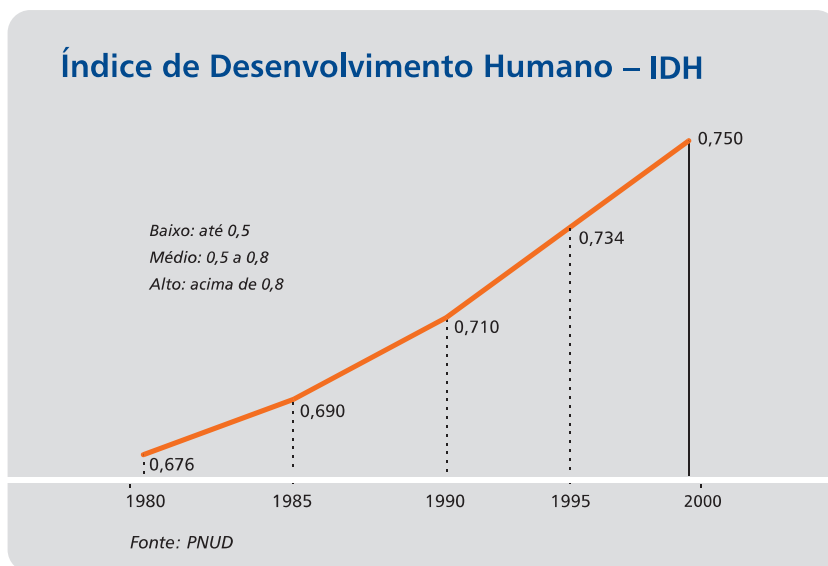


Fonte : IPEA, com base na PNAD, IBGE. 1991, 1994 e 2000: estimativas DISOC/PEA

Em termos absolutos, o contingente de pobres caiu de 66 milhões em 1994 para 53 milhões em 1995, e manteve-se nesse patamar. Do ponto de vista relativo, descontado o crescimento da população total no período, a queda foi de sete pontos percentuais, de 43% em 1994 para 34% em 1995. A proporção de pobres continuou a diminuir nos anos seguintes, chegando a 31,7% em 2000.

A diminuição no número e na proporção de indigentes (pessoas que vivem com US\$ 1 ou menos por dia) foi ainda mais significativa: caiu de 20 para 14 em cada grupo de 100 pessoas. Ao contrário do que ocorreu no Plano Cruzado, em 1986, o alívio da pobreza a partir do Plano Real não foi efêmero, mas sustentado e aprofundado por um conjunto consistente de medidas econômicas e de programas sociais.

IDH – o que é a sua evolução

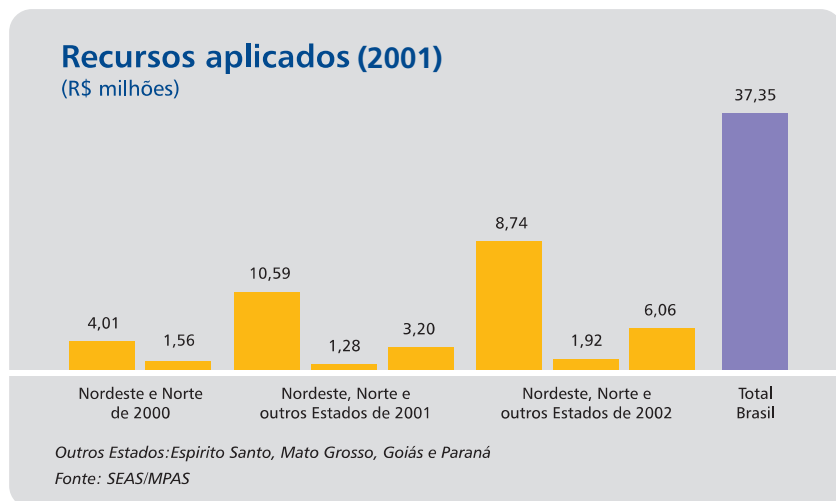


O Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, que sintetiza os principais indicadores sociais segundo critérios adotados pelas Nações Unidas, mostra uma melhora consistente na situação do Brasil ao longo de toda a década de 90. Não só as condições sociais do País melhoraram, mas o ritmo do avanço foi maior do que na década anterior.

Para medir o estágio social das populações, o índice leva em conta três aspectos: a renda, a longevidade da população (expectativa de vida ao nascer) e o grau de escolarização (alfabetização e matrículas escolares). Desde 1980, e mais acentuadamente a partir de 1985, o IDH brasileiro tem crescido sustentadamente.

Certas regiões do Brasil têm índices acima de 0,8, correspondendo a um nível de desenvolvimento humano elevado como o de países como a Suécia, Estados Unidos, Bélgica e Holanda. Mas partes do Brasil estão abaixo de 0,7. Por isso, na média o Brasil está com 0,75, aproximando-se dos países de melhor índice.

Projeto Alvorada



Um dos principais eixos de exclusão social no Brasil é o regional. Qualquer indicador que se tome mostra a imensa distância entre as regiões Sul e Sudeste para Norte e Nordeste. Como exemplo, o analfabetismo de adultos, que na média nacional é de 13%, fica em 6% em São Paulo e chega a 33% no Piauí.

Assim, o Projeto Alvorada foi lançado em 2000 com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população mais pobre. Conjuga 17 programas em 2.313 municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e é responsável pela destinação de recursos adicionais – que totalizam R\$ 13,2 bilhões até 2002 – a programas de proteção e promoção social. Entre os programas que recebem verba extra nas áreas mais pobres do Brasil estão o Bolsa Escola, o Alfabetização Solidária, o Recomeço – Educação de Jovens e Adultos, o Erradicação do Trabalho Infantil, o Saneamento Básico e o Saúde da Família. Todas as ações do Projeto Alvorada estão associadas à de geração de trabalho e renda por meio dos programas de Agricultura Familiar (Pronaf), de Combate à Pobreza Rural, de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística no Nordeste (Prodetur), do Nacional de Geração de Emprego e Renda (Pronager), Apoio ao Ensino Médio, Água na Escola, Redução da Mortalidade Materna e Neo Natal, Energia das Pequenas Comunidades, Agente Jovem de Desenvolvimento e Bolsa Alimentação.

Desenvolvimento urbano

Atualmente, 81,2% dos 169,5 milhões de brasileiros vivem em cidades. Temos hoje 5.561 municípios, dos quais 25% têm população superior a 20 mil habitantes. O crescimento acelerado da população urbana exerce forte pressão sobre a infra-estrutura das cidades, exigindo a superação de desafios importantes nas áreas de habitação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e transporte urbano.

Para vencer tais desafios, e por reconhecer que é no espaço urbano que se concentram as principais questões sociais, o Governo Federal se esforça para modernizar a legislação urbana e intensificar ações conjuntas com municípios e iniciativa privada. O resultado desse esforço começa a aparecer: a mudança na Lei de Desapropriação e Parcelamento do Solo Urbano e a promulgação do Estatuto da Cidade facilitam a titularização de lotes e regulamentam o uso da propriedade urbana, facilitando a autoconstrução.

Além das ações governamentais na esfera da legislação, as linhas de financiamento e as parcerias com prefeituras e iniciativa privada garantem melhorias na área de saneamento básico e de moradia. No período de 1995-1999 foram destinados, por meio dos programas Habitar-Brasil e Ação Social em Saneamento, recursos da ordem de R\$ 1,9 bilhão beneficiando 2,8 milhões de famílias em todas as unidades da federação.

Programa Minha Casa

Ano	investimento (R\$)	Nº de Unidades Habitacionais	População Benefeciada
1999	131.401.886,26	6.958	28.249
2000	607.625.317,84	31.000	125.860
2001	419.025.795,90	20.253	82.227
TOTAL	1.158.053.000,00	58.211	236.337

Fonte: CEF

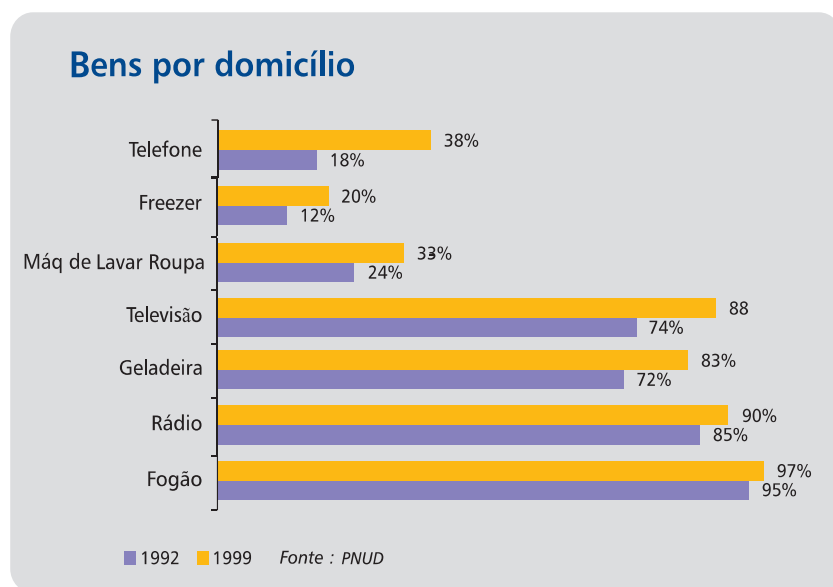
Criado em abril de 1999, por intermédio da Medida Provisória 1.823 (atual Lei 10.188, de 2001), o Programa Minha Casa destina-se a alterar o modelo da casa própria ao oferecer às famílias com rendimento men-

sal de até seis salários mínimos arrendamento residencial com opção futura de compra.

O programa é dirigido às regiões metropolitanas e a centros urbanos de grande porte, incluindo todas as capitais estaduais onde o déficit habitacional tem nas favelas, cortiços e áreas invadidas sua mais cruel expressão.

A meta do Minha Casa é atender a aproximadamente 20 mil famílias, totalizando investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões (de 1999 a dezembro de 2002). Nos anos de 1999, 2000 e 2001 foram contratados 480 empreendimentos, que totalizaram mais de 58 mil unidades residenciais. Isso representou para o Fundo de Arrendamento Residencial, administrado pela Caixa Econômica Federal um investimento da ordem de R\$ 1,1 bilhão.

O povo pode comprar mais



O acesso da população a bens de consumo duráveis também foi maior nos últimos oito anos. A proporção de lares com telefone mais do que dobrou de 1992 a 1999, refletindo tanto o aumento da renda quanto a expansão dos serviços de telefonia e barateamento da assinatura básica depois da privatização.

A aquisição de eletrodomésticos mais caros, como freezer e máquina de lavar roupa, também deu um salto e a de itens básicos como televisão, rádio e geladeira caminham para a universalização.

Dos 44 milhões de domicílios brasileiros, 39 milhões possuem rádio (crescimento de 36%), 39 milhões possuem televisão (crescimento de 40%), 37 milhões têm geladeira/freezer (aumento de 32%). Já o número de domicílios com lavadoras de roupas cresceu 62% e os com carro particular subiu 82%, passando de oito milhões para 14 milhões. De acordo com dados do Censo de 2000, do IBGE, 19% dos domicílios têm microondas, 7% têm aparelhos de ar condicionado e 10% têm microcomputadores.

As pessoas vivem hoje com mais conforto que no início dos anos 90, como comprovam os dados do Censo 2000. Noventa e três por cento dos lares têm luz elétrica, com aumento de 38% de 1991 a 2000, 79% dispõem de coleta de lixo, aumento de 59%, e 63% têm esgoto, o que mostra um crescimento de 54%.

Produção de alimentos

(crescimento 1994-2000)

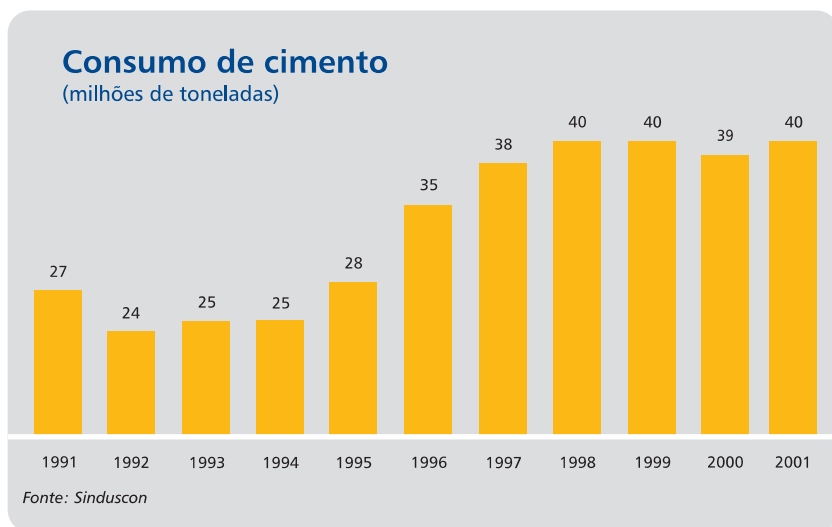
Frango	86%
Carne suína	57%
Carne bovina	35%
Iogurte	82%
Queijo	41%
Refrigerante	106%
Cerveja	75%
Biscoitos	51%

Fonte: ABIA – Associação Brasileira das Indústrias Alimentícias

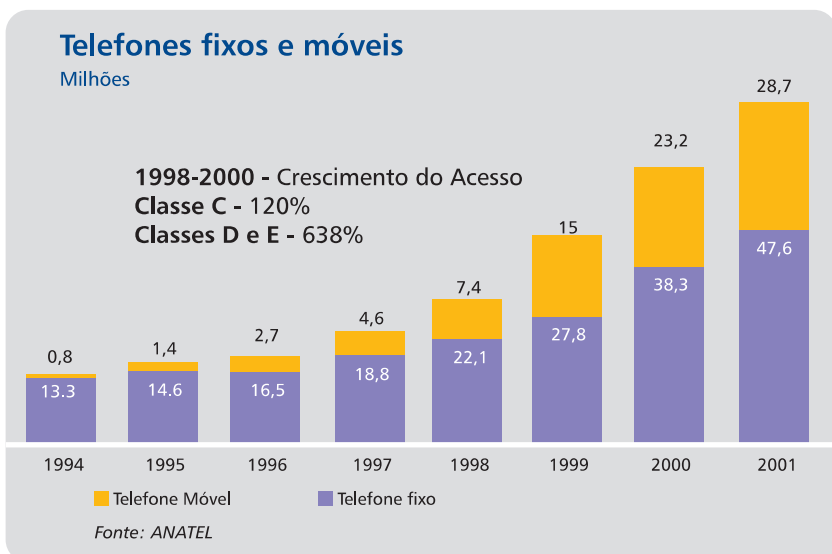
A elevação da renda a partir da estabilização da moeda repercutiu diretamente no consumo de alimentos. De 1994 até 2000, os números da indústria de alimentos apontam um aumento substancial das fontes de proteína (carnes e derivados de leite) na dieta do brasileiro.

O frango foi considerado uma espécie de símbolo do real, justificado pelo aumento de consumo e de produção, que no período cresceu

86%. O iogurte acompanhou de perto essa evolução e teve sua produção ampliada em 82%. A produção de refrigerantes mais do que dobrou no mesmo período. Descontado o aumento das exportações, principalmente de frango, essa extraordinária expansão atendeu à demanda reprimida nas camadas de baixa renda.



O consumo de cimento, que caiu na década de 80 e permanecia estagnado no início dos anos 90, começou a se recuperar em 1995 e deu um salto em 1996. A média do período compreendido entre 1995 e 2000

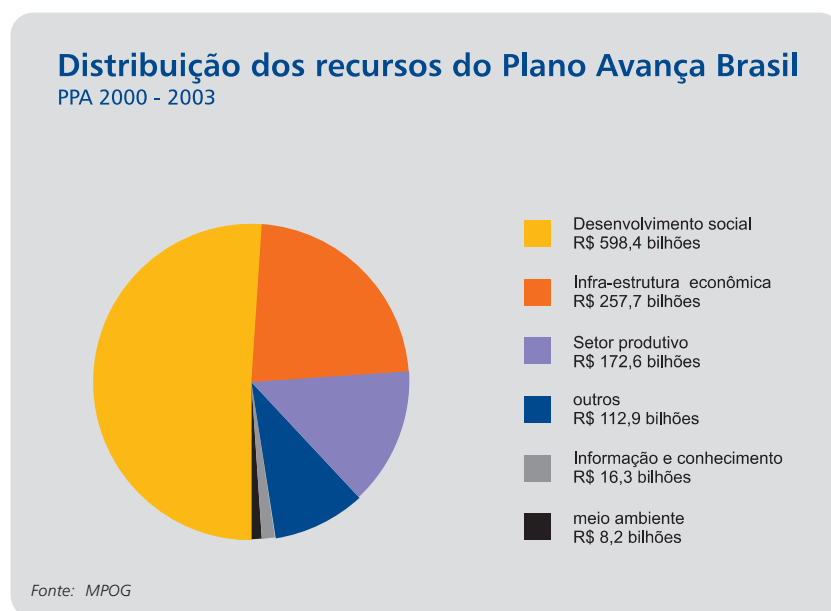


ficou 45% acima da média entre 1991 e 1994. Grande parte da expansão deve-se ao chamado “consumo formiga” de famílias em que, aos poucos, começaram a construir ou reformar suas casas.

O setor de telefonia é um marco do que se fez em um curto espaço de tempo. Enquanto em 1994 havia 13,2 milhões de telefones fixos instalados e 800 mil telefones móveis em operação, em 2001, este número chegou a 47,6 milhões de fixos e 28,7 milhões de móveis.

O crescimento se deu principalmente nas classes C e D, que passaram a desfrutar do serviço. De 1998 a 2000, o crescimento do acesso da classe C aos serviços de telefonia foi de 120% e das classes D e E foi de 638%. Isso se deu graças à redução do preço da linha telefônica depois da privatização.

O governo investiu mais em desenvolvimento social

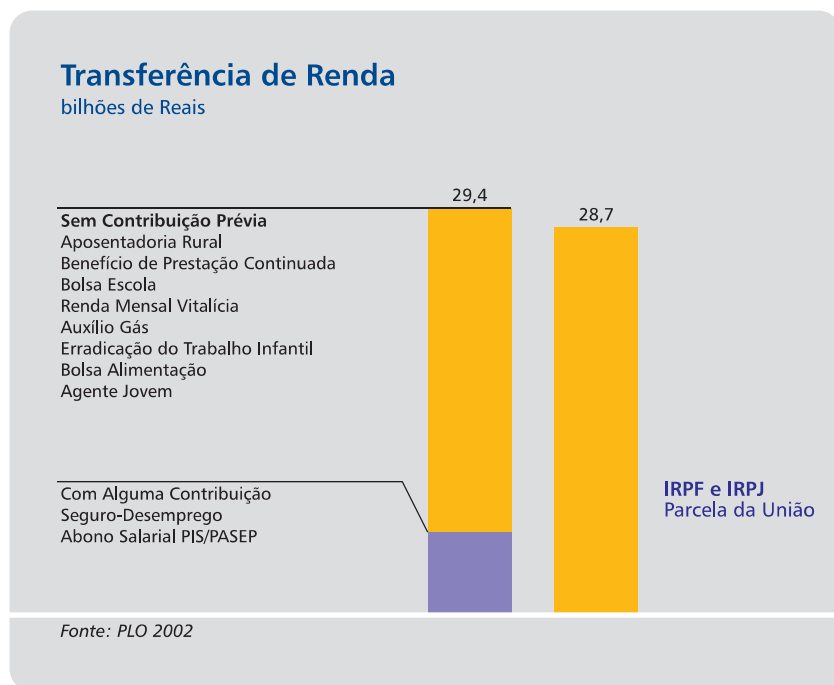


Desde 1995, o País investiu mais e, principalmente, melhor em políticas sociais. Um estudo feito pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) apurou que entre 1995 e 1999, o gasto social do Governo Federal aumentou em média 7,8% ao ano. Em 1999, ele ficou 39% acima, em termos reais, do nível de 1994.

O aumento do gasto social do Governo Federal desde 1995 superou de longe o crescimento da população e do PIB. O gasto ultrapassou 14% do PIB em 1998-1999 contra 11,3% em 1993. É o nível mais alto registrado nos últimos 20 anos. Só em 1989, ele se aproximou da marca de 1998-1999. Na média da década de 1980, excluindo o ano de 1989, o índice ficou em 11,1% do PIB.

A previsão é de que sejam utilizados recursos da ordem de R\$ 598,4 bilhões, do programa Avança Brasil, na promoção do desenvolvimento social no período de 2000 a 2003.

Políticas de inclusão social



O Governo FHC conseguiu combater a inflação, promoveu a estabilidade econômica e, pela primeira vez no Brasil, chegou aos mais pobres, mesmo nos rincões mais distantes do País. Os programas de distribuição direta de renda alcançaram R\$ 29,4 bilhões, recursos maiores do que a parte da União na arrecadação de Imposto de Renda de Pessoa Física e Jurídica, que é R\$ 28,7 bilhões.

Rede de Proteção Social

A Rede de Proteção Social reúne os vários programas do Governo Federal de distribuição de renda e incentivo à educação e à saúde. Trata-se de um conjunto de programas que atinge todas as faixas etárias da população menos favorecida, sem distinção de raça, cor ou credo.

Um exemplo é o Bolsa Alimentação que ampara a mãe desde que o bebê está na barriga, mantém-se depois que a criança nasce até o seu ingresso na pré-escola. Depois que vai para a escola, onde já estão matriculadas 97% das crianças brasileiras, os mais necessitados recebem a Bolsa Escola.

Para os adolescentes, o Governo Federal criou o Agente Jovem, que atende a adolescentes de 15 a 17 anos residentes em comunidades de baixa renda, cuja renda familiar per capita seja de até meio salário mínimo. O programa atinge hoje 52 mil jovens, com benefício de R\$ 65 por mês. O gasto total do Governo com o programa é de R\$ 52 milhões.

Os idosos, mesmo que nunca tenham contribuído para a Previdência Social, podem ser enquadrados na Prestação de Benefícios Continuados (desde que tenham no mínimo de 67 anos ou sejam portadores de deficiência física com renda per capita de no máximo a quarta parte do salário mínimo) e passam a receber um salário mínimo por mês. O benefício atinge 1,5 milhão de pessoas e a eles são destinados R\$ 3,284 milhões. Quem contribuiu para a previdência tem direito à aposentadoria.

O cadastramento único das famílias em situação de pobreza, que começou a ser colocado em prática, consolidará a Rede de Proteção Social, aumentando as possibilidades de convergência dos diferentes programas.

Aposentadoria rural, Erradicação do Trabalho infantil, Bolsa Escola, Seguro-Desemprego, Renda Mensal Vitalícia, Benefício de Presta-

ção Continuada, Abono Salarial PIS/Pasep e Agente Jovem são alguns dos programas do Governo Federal que asseguram renda a milhões de brasileiros.

Essas iniciativas colocam dinheiro diretamente



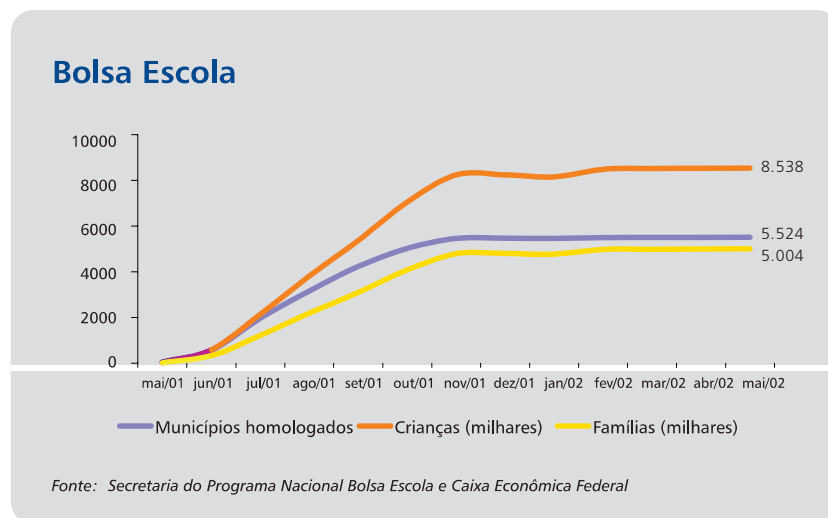
Programas de transferência de renda do Governo Federal

2001

	Público-alvo	Benefício	Nº de beneficiários	R\$ milhões
Bolsa-Alimentação¹	Crianças até 6 anos, gestantes e nutrízes, em famílias com até ½ salário mínimo per capita	R\$ 15,00 por criança até 3 crianças	1.623.000	300
Eradicação do Trabalho Infantil - PETI¹	Crianças de 7 a 14 anos com trabalho insalubre, penoso ou degradante, em famílias com até ½ salário mínimo per capita	R\$ 25,00 por criança na área rural e R\$ 40,00 na área urbana	813.000	411
Bolsa Escola¹	Crianças de 6 a 15 anos em famílias com até ½ salário mínimo per capita	R\$ 15,00 por criança até o 3 crianças	10.195.000	1.835
Brasil Jovem - Agente Jovem de Desenvolvimento¹	Jovens de 15 a 17 anos residentes em comunidades de baixa renda cuja renda familiar per capita seja de até ½ salário mínimo	R\$ 65,00/mês	51.900	52
Abono Salarial PIS/PASEP²	Trabalhador que recebeu em média até 2 salários mínimos mensais no ano anterior, e que estiver cadastrado no PIS/PASEP há pelo menos 5 anos, e que tenha trabalhado no ano anterior (com vínculo empregatício por pelo menos 30 dias)	1 salário mínimo	5.185.016	884
Bolsa Qualificação²	Trabalhador com contrato suspenso, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador	A ser calculado com base nos 3 últimos salários apresentados pelo trabalhador	10.471	12
Seguro-Desemprego²	Trabalhador dispensado sem justa causa (inclusive o doméstico), e o pescador artesanal durante o período de proibição da pesca	1 salário mínimo para o trabalhador doméstico...	133.530	5.166
		... e para o pescador artesanal	75.844	
		1 salário mínimo a R\$ 336,78 para outros trabalhadores	4.155.147	
Seguro-Safrá (começando em 2002)²	Famílias em situação de risco na área da seca	R\$ 100,00 /parcela (máximo de 6 parcelas)	938.148	253
Aposentadoria e pensões Rurais¹	Trabalhadores rurais	1 salário mínimo	6.370.547	15.562
Benefício de Prestação Continuada - BPC/LOAS¹	Idosos a partir de 67 anos e portadores de deficiência com renda per capita até 1/4 de salário mínimo	1 salário mínimo	1.450.660	3.284
Renda Mensal Vitalícia¹	Idosos com mais de 70 anos ou inválidos sem meios de subsistência nem amparo da família	1 salário mínimo	724.124	1.687
TOTAL			31.732.496	29.446

Fonte: Ministérios Setoriais: 1- Transferências sem contribuição do beneficiário. 2- Transferências com alguma contribuição do beneficiário.

na mão dos cidadãos, sem a presença de intermediários. É dessa forma que o Governo Federal redistribui a riqueza entre os que têm mais e aqueles que não têm nada e promove, democraticamente, a justiça social, sem perder de vista os oito anos de estabilidade.



Entre os principais programas de transferência de renda do Governo Federal está o Bolsa Escola. A meta do programa é beneficiar, até o final de 2002, 5,8 milhões de famílias, totalizando 11 milhões de crianças de seis a 15 anos em todo o País. Uma entre cada três crianças que hoje frequentam o ensino fundamental será atendida.

O benefício da Bolsa Escola federal representa, em grande parte dos casos, um aumento de cerca de 20% na renda familiar da criança beneficiada. O programa está sendo introduzido em velocidade recorde. Em 2001 contemplou 5.470 municípios, atendendo a 4,8 milhões de famílias e 8,3 milhões de crianças. Hoje o Governo já distribui o benefício a cerca de 5,5 milhões de famílias. São mais de 9 milhões de crianças cujas famílias recebem auxílio para assistir a pelo menos 85% das aulas.

Programas sociais federais com controle participativo

Ministério	Programa	Conselho
Educação	Dinheiro Direto na Escola	Unidade Executora - entidade jurídica da comunidade escolar constituída por representantes de pais de alunos, professores e direção da escola Administra os recursos repassados pelo MEC e presta contas.
	Alimentação Escolar	Conselho de Alimentação Escolar Recebe e administra os recursos, define o cardápio e atesta a qualidade dos alimentos.
	Bolsa Escola	Conselho de Controle Social Local Aprova a relação de famílias cadastradas pelo poder executivo municipal, avalia e acompanha a execução do programa.
	Recomeço - Educação de jovens e adultos	Conselho Municipal de Acompanhamento e Fiscalização do FUNDEF Controla a execução do programa e prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado.
Saúde	Saúde da Família / Agentes Comunitários de Saúde	Conselho Municipal de Saúde Aprova o número necessário de equipes, homologa a seleção de agentes feita pela prefeitura. Comissão Intergestora Bipartite Valida as decisões do Conselho Municipal.
	Bolsa Alimentação - Combate às carências nutricionais	Conselho Municipal de Saúde Homologa a adesão do município e a relação dos beneficiários feita pela prefeitura, acompanha e avalia o programa. Comissão Intergestora Bipartite Dá aprovação final à adesão do município.
	Interiorização dos Serviços de Saúde	Conselho Municipal de Saúde - aprova o número de profissionais necessário, homologa a indicação do profissional. Comissão Intergestora Bipartite. Aprova a contratação dos profissionais.
Cultura	Incentivo fiscal a projetos culturais	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura Aprova a concessão de incentivo.
Trabalho e Emprego	Geração de Emprego e Renda PROGER	Conselho Deliberativo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT Aprova os planos estaduais de geração de emprego e renda e libera os recursos para os agentes financeiros.
	Qualificação Profissional do Trabalhador - PLANFOR	Comissões Municipais e Estaduais de Emprego. Definem o plano de qualificação do município e do estado, respectivamente. Conselho Deliberativo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT Aprova os planos estaduais.
	Abono Salarial	Conselho Deliberativo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT Aprova a prestação de contas dos benefícios pagos e das despesas operacionais com o programa.
	Seguro Desemprego	Conselho Deliberativo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT Aprova a prestação de contas dos benefícios pagos e das despesas operacionais com o programa.

continuação		
Previdência e Assistência Social	Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	Conselho Municipal de Assistência Social Identifica a existência de trabalho infantil no município e apresenta plano de trabalho. Conselho Estadual de Assistência Social Valida o plano de trabalho. Conselho Nacional de Assistência Social Define o montante de recursos a serem repassados ao município.
	Serviços Assistenciais - Atendimento à criança, idoso e portador de deficiência carente	Conselhos Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social Controlam transferências fundo a fundo
	Brasil Jovem - Agente Jovem de Desenvolvimento	Conselho Municipal de Assistência Social Valida a permanência, quando for o caso, do jovem no programa. A entrada do jovem no programa não está condicionada à aprovação do Conselho.
Desenvolvimento Agrário	Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Aprova o plano de trabalho referente a PRONAF Infra-estrutura e de serviços públicos municipais voltados para a agricultura familiar. Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural ou Agrícola Valida os planos do município. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Supervisiona execução do programa
	Banco da Terra	Conselho Curador Aprova e acompanha aplicação de recursos em infra-estrutura e compra de terras.

Fonte: Ministérios Setoriais

Os programas e ações federais na área social, controlados por conselhos com participação da sociedade civil, contam com R\$ 7 bilhões no Orçamento deste ano. A participação direta no controle de políticas sociais é reforçada pela participação virtual. A divulgação das liberações de recursos federais para estados e municípios, por meio da Voz do Brasil e da Internet, e o recebimento de denúncias e reclamações por telefone e pela Internet, têm sido instrumentos cada vez mais eficazes de combate aos desvios e abusos na aplicação do dinheiro público.

• COMUNIDADE SOLIDÁRIA

Vinculado à Casa Civil da Presidência da República, o Programa Comunidade Solidária é um passo à frente na combinação de ações de proteção e promoção social. O programa parte de um diagnóstico dos problemas locais com a participação de lideranças de cada município.

O diagnóstico dá origem a um pacto de desenvolvimento que especifica as ações a serem realizadas pela União, estado, município e organizações não-governamentais. O governo federal promove a articulação entre os vários parceiros e coordena a capacitação de agentes da

administração pública e da comunidade, principalmente pequenos empreendedores, para que consigam realizar as ações definidas.

O programa já tinha chegado a 157 municípios em 2001 e atingiu a 695 localidades este ano. Entre os projetos em andamento estão: Universidade Solidária – criado em 1995, mobiliza universitários de todo País para trabalhar em comunidades pobres; Capacitação Solidária – criado em 1996, financia cursos de capacitação profissional para jovens pobres de 16 a 21 anos e apóia a capacitação de gestores de projetos sociais em organizações não-governamentais; Alfabetização Solidária – criado em 1997, promove parcerias de empresas, universidades, pessoas voluntárias e prefeituras com o apoio do Ministério da Educação, para alfabetização de jovens e adultos; Artesanato Solidário – transforma o artesanato tradicional em fonte alternativa de renda; Projeto Rede Jovem – conta com dez Espaços Jovens (centros com computadores acessando à Internet) instalados em periferias de sete municípios, oferecendo alternativas de lazer e aprendizado para jovens, especialmente aos em situação de risco social; Programa Voluntários – criado em 1997 para disseminar no Brasil a moderna cultura do voluntariado e o Programa Amigos da Escola que, em parceria com a Rede Globo, levou colaboradores voluntários para 30 mil escolas de todo o País.



• PROGRAMA COMUNIDADE ATIVA

Criado em 1999, o Programa Comunidade Ativa estimula as comunidades dos municípios mais pobres do País a se organizarem e iniciarem um processo de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). Dessa forma, a população dessas localidades descobre sua capacidade de combater a pobreza a partir do seu próprio talento e capacidade mobilizadora. Os municípios ganham também redução da contrapartida em convênios firmados com o Governo Federal. Inicialmente em 157 municípios, o Comunidade Ativa está hoje presente em 695

localidades brasileiras, a grande maioria com menos de 50 mil habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo de 0,5.



• ESPORTE SOCIAL

A missão do Ministério do Esporte e Turismo é exercer o papel do Governo Federal no fomento dos esportes, caracterizando-se como importante instrumento de política social que tenha como reflexo a melhora da saúde, a integração do indivíduo, a reinserção social e, por fim, a construção da cidadania.

Os programas governamentais voltados para o processo educacional e melhoria da qualidade de vida do cidadão são: Esporte na Escola – criado no segundo semestre de 2001 com o objetivo de democratizar o acesso à prática esportiva como instrumento educacional, atenderá, nos próximos 12 anos, a 36 milhões de alunos das escolas públicas de ensino fundamental, desenvolvendo cerca de cem mil núcleos de esporte naqueles estabelecimentos de ensino; Esporte Solidário – desenvolve ações em regiões de reconhecida carência, voltadas para a diminuição das situações de exclusão e risco social, por meio da intensificação da prática esportiva entre jovens na faixa de 7 a 24 anos. Em 1996 o programa abrangia 12 estados e atendia a 14 mil pessoas, através da implementação e funcionamento de 47 núcleos de esporte. Hoje já são beneficiados 26 estados e 239 mil pessoas são atendidas em 857 núcleos; Esporte Direito de Todos – que desenvol-

ve ações voltadas para a reinserção social através da intensificação da prática esportiva em segmentos específicos da sociedade (idosos e portadores de necessidades especiais, crianças e jovens), e ao incentivo às manifestações esportivo-culturais.

No segmento dos idosos, em 1999, o programa abrangia quatro estados e atendia a 3.560 pessoas em 36 núcleos de esporte. Hoje já são 14 estados e 31.439 idosos atendidos em 178 núcleos. No segmento portadores de necessidades especiais, em 1996, o programa abrangia sete estados e atendia a 3,5 mil pessoas por meio de 47 núcleos de esporte. Hoje já chega a 21 estados e 15 mil pessoas participam de atividades em 80 núcleos.

No segmento crianças e jovens, voltado para o incentivo e popularização de esportes náuticos, em 1999 abrangia seis estados e atendia a 2,8 mil pessoas, através de 13 núcleos de esporte. Hoje já são 15 estados onde 7.880 crianças e jovens são atendidos em 39 núcleos.

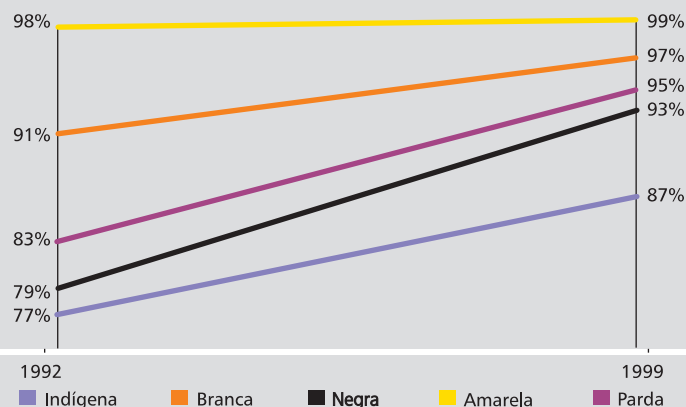
Educação

Com a economia estabilizada, o Governo Federal começou a avançar em um dos principais eixos para o desenvolvimento econômico e social do País: a Educação. Criou programas de valorização do magistério, incentivou os pais a manterem seus filhos na escola, garantiu alimento e livro didático para as crianças com o objetivo de consolidar as transformações da Nação.

O aumento do índice de escolaridade e a permanência das crianças na escola têm que ser analisadas com maior profundidade, pois além da redução do analfabetismo e do aumento de oportunidades, há também uma redução da fome no Brasil quando o número de crianças que frequentam escolas públicas cresce. Motivo: em áreas mais pobres, onde o Programa Comunidade Solidária atua, é oferecida na escola não uma refeição, mas duas, para tentar melhorar o problema da desnutrição.

Atendimento escolar de 7 a 14 anos por raça

(% da população)

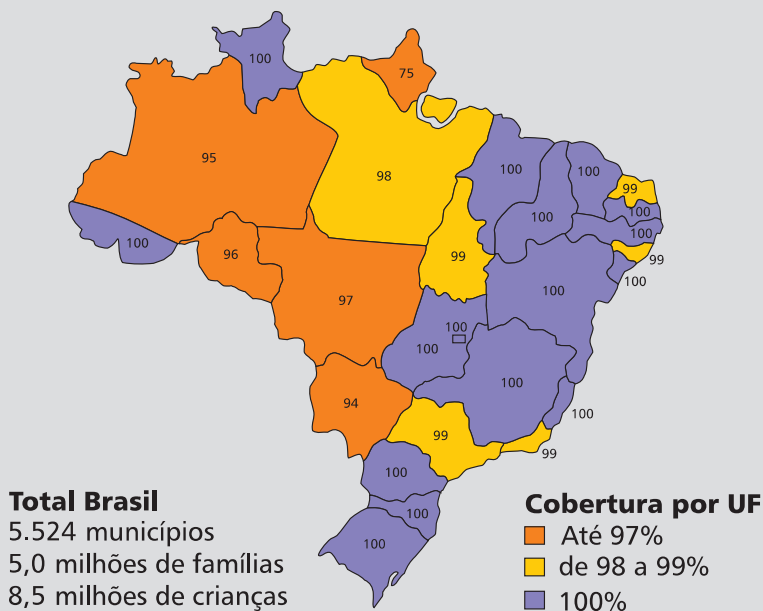


Fonte: INEP

Em 1994, o sistema escolar seguia uma curva inercial de crescimento. A escolaridade de crianças entre 7 e 14 anos, no começo da década de 90, aumentava em um ritmo inferior ao da década anterior. Em 1999, a expansão do sistema se acelerou em todas as faixas. O ensino fundamental aproximou-se da universalização e a matrícula no ensino médio teve um crescimento exponencial.

Em 1991, o Brasil tinha 79,5% das crianças entre 7 e 14 anos na escola. Em 2000 este percentual pulou para 94,9%. Deste total, 79% dos alunos estão na rede pública. Na pré-escola o percentual é ainda mais significativo. Em 1991 apenas 37% das crianças entre 5 e 6 anos freqüentavam a pré-escola, enquanto que em 2000 a participação passou a ser de 72%. Houve um aumento de escolaridade na população negra. No início da década de 90 apenas 79% das crianças negras estavam na escola. Esse percentual subiu para 93%.

Cobertura do Programa Nacional de Bolsa Escola em dezembro de 2001



Fonte: MEC/Secretaria Nacional do Programa Bolsa Escola

Este ano, o Brasil deve alcançar a meta de ter todas as crianças na escola. A disponibilidade de vagas deixou de ser, em geral, um obstáculo. Trata-se atualmente de estimular as famílias mais pobres a usarem as vagas disponíveis e manterem seus filhos na escola. O Bolsa Escola responde a esse desafio. O Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e a Valorização do Magistério (Fundef) a outro.

O Fundef permitiu que houvesse mais recursos nas escolas no plano municipal, com a cooperação dos governos federal e estadual. Foram os recursos do Fundef que permitiram a melhoria dos salários e da infra-estrutura em sala de aula.

Ensino Superior: concluintes na graduação

Ano	Total	Instituições Públicas	Instituições Federais	Instituições Privadas
1994	245.887	87.862	42.753	158.025
2000	324.734	112.451	59.098	212.283
Cresc. % 94/2000	32%	28%	38%	34%

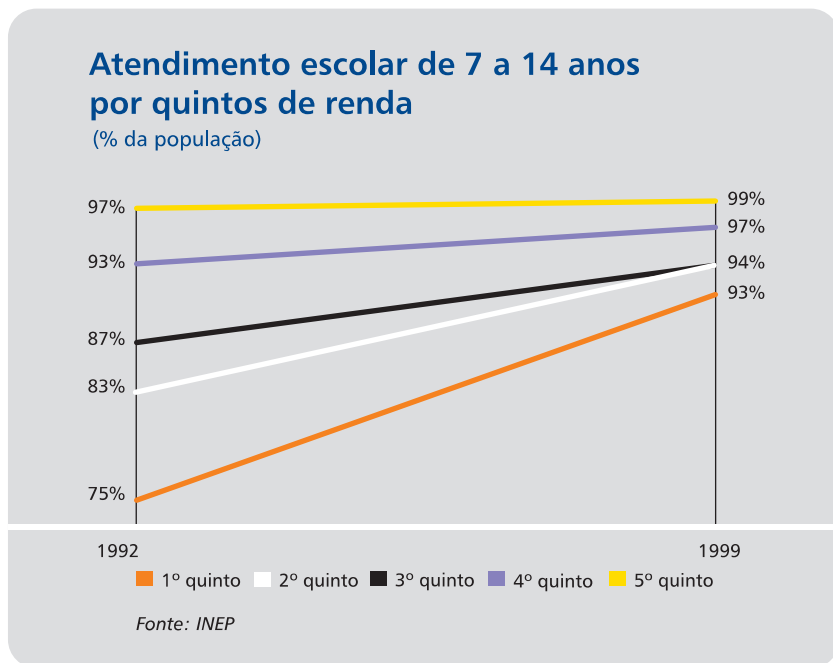
Fonte: MEC/Ipea/SEEC

Assim como no ensino fundamental, no superior também houve avanços. Apesar de ser insuficiente para atender às dimensões do País e das enormes diferenças de qualidade entre as instituições, o ensino superior incorporou, nos anos que vão de 1994 a 2000, um milhão de novos estudantes. De 1997 a 2000, a taxa média de expansão foi de 11% ao ano.

Os resultados referentes aos concluintes também são muito expressivos. Cada vez mais alunos estão se formando em nossas universidades e instituições de ensino superior. Enquanto entre 1989 e 1994 o número de formandos havia crescido apenas 6%, de 1994 a 2000 o crescimento foi de 32%.

A ampliação da oferta de vagas no ensino superior, predominantemente nas instituições privadas, requereu ações destinadas a permitir o acesso a alunos provenientes de famílias menos abastadas. Por isso, foi criado em 1998 o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), destinado a aperfeiçoar o financiamento a estudantes carentes do ensino superior. O Fies atende apenas aos cursos com avaliação positiva no Exame Nacional de Cursos, o Provão, e exige aproveitamento do aluno em, pelo menos, 75% das disciplinas cursadas. No novo sistema, com empréstimos contratados diretamente pelos alunos a uma taxa de juros de 9% ao ano, há a participação das faculdades, do agente financeiro e do Governo Federal no risco futuro de inadimplência. Em três anos, o Fies atendeu a uma média anual de 51.600 alunos. Eram 151 mil alunos beneficiados ao final de 2001.

● INCLUSÃO NA ESCOLA POR REGIÃO E POR RENDA



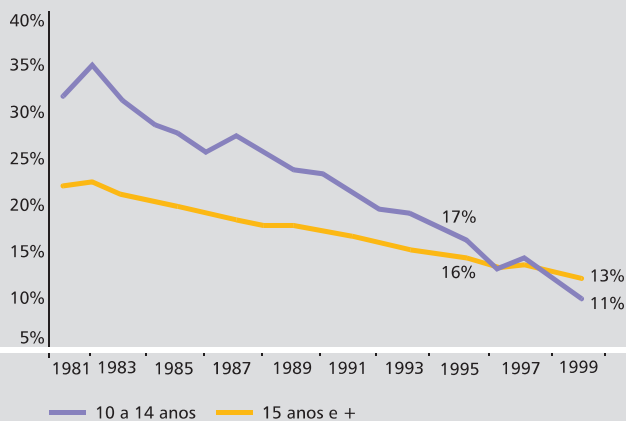
Em 1992, a distribuição do déficit escolar por faixa de renda, raça e região era um retrato das desigualdades do País, ao mesmo tempo em que concorria para perpetuar essas disparidades. Em 1999, a universalização do atendimento alcançou as crianças mais pobres, as negras e pardas e as regiões Norte e Nordeste. A escola tornou-se uma porta aberta à inclusão social.

A convergência das curvas de atendimento escolar das crianças de 7 a 14 anos, por renda e por região, dá uma visão nítida da diminuição das distâncias sociais no Brasil. De 1992 a 1999, a diferença das crianças mais pobres para as mais ricas diminuiu de 22 para 6 pontos percentuais. A diferença da região Norte para o Sudeste diminuiu de 11 para 2 pontos e do Nordeste para o Sudeste a redução foi de 4 para 1 ponto percentual.

Combate ao analfabetismo

Analfabetismo

(% da população)



A expansão do atendimento escolar em todas as faixas etárias repercutiu na alfabetização. De 1995 a 1999, o analfabetismo na população adulta (de 15 anos ou mais) caiu de 16% para 13%. A queda acelerou-se um pouco, para 0,6 ponto percentual ao ano, contra 0,5 ponto percentual ao ano nos 14 anos anteriores. Já na população infantil (de 10 a 14 anos) a diminuição do analfabetismo teve uma forte aceleração. A taxa caiu de 17% em 1995 para 11% em 1999. Isso correspondeu a uma redução de 1,5 ponto percentual por ano, contra um ponto percentual no período anterior. Mantido este ritmo, o analfabetismo infantil estará erradicado dentro de cinco anos no Brasil.

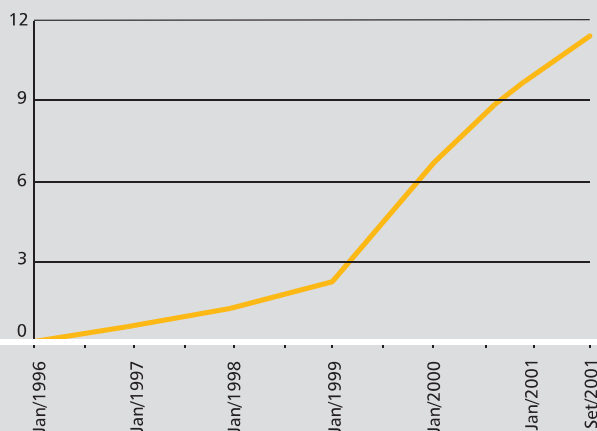
• ACESSO À INFORMAÇÃO

As mudanças sociais e econômicas vividas pelo Brasil a partir de 1994 coincidiram com a chegada ao País da expressão mais marcante da revolução tecnológica em curso no mundo: a Internet. O número de brasileiros com acesso à rede mundial de computadores saltou de 170 mil em

janeiro de 1996 para 12 milhões em setembro de 2001. Por meio do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), o Governo Federal garante a professores e alunos da rede pública o acesso à telemática, ferramenta para a modernização e melhoria da qualidade do ensino.

Desenvolvido em parceria com estados e municípios, o programa tem como peça-chave para seu sucesso a capacitação de recursos humanos. Pelo programa já foram adquiridos 32.255 computadores com acesso à Internet, atendidas 2.477 escolas em 1.025 municípios e instalados 259 Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE).

Usuários da Internet no Brasil (Milhões)

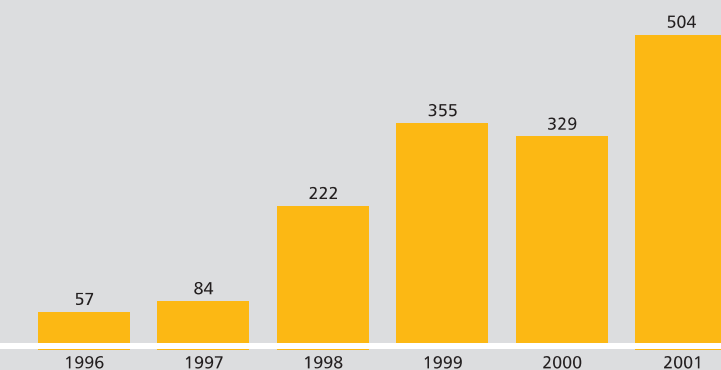


Fonte: Pesquisas diversas. Elaboração: www.e-commerce.org.br

Para o biênio 2001-2002 está prevista a aquisição de mais de 67 mil computadores para atender a seis mil escolas de ensino fundamental e a instalação de 290 mil computadores, com acesso à Internet, em 13.237 escolas públicas do ensino médio. Cabe destacar que o programa conta com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST/Educação) e beneficiará sete milhões de alunos e 317 mil professores em 5.185 municípios.

Bibliotecas implantadas

Brasil. 1996–2001



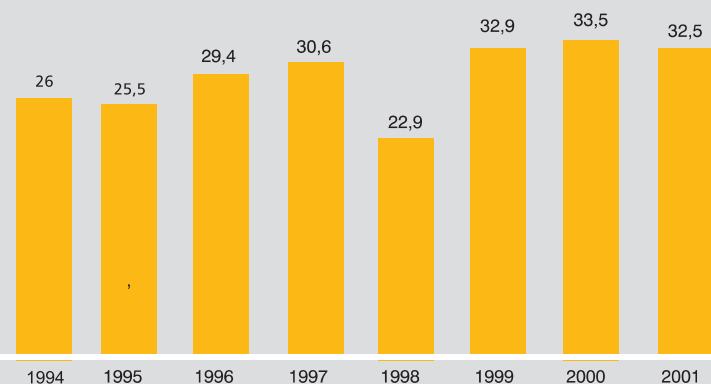
Fonte: MinC

O Ministério da Educação impulsionou a criação de bibliotecas nas escolas do ensino fundamental. Com acervo de 215 títulos indicados pela Comissão Especial, composta por membros da Academia Brasileira de Letras, foram contempladas – com pelo menos uma biblioteca – 20 mil escolas com mais de 500 alunos em todo o País.

Os 8,1 milhões de livros de literatura e de referência estão beneficiando 27,4 milhões de alunos.

Programa Nacional do Livro Didático

Número de alunos beneficiados



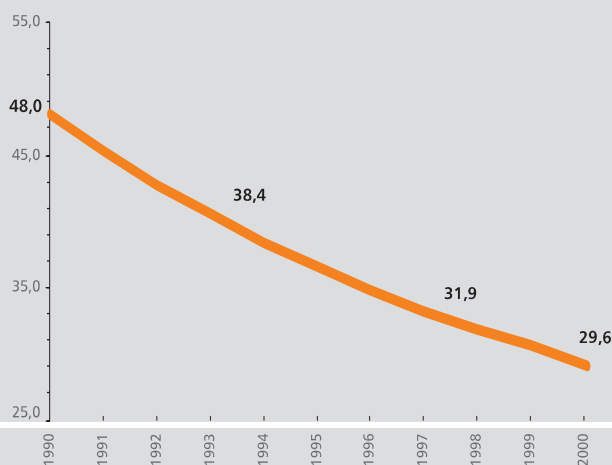
Fonte: Ministério da Educação

Até 1994 o programa restringia-se à distribuição de livros de algumas disciplinas a alunos de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Por problemas de distribuição, apenas 25% do total de livros eram distribuídos até o início das aulas. A partir de 1996 os livros didáticos passaram a chegar às escolas públicas de ensino fundamental antes do início do ano letivo, mesmo nos municípios mais distantes. No período de 1995 a 2001, foram distribuídos 618,3 milhões de exemplares de livros didáticos, sendo 110 milhões apenas em 2001.

A escolha do livro didático passou a ser pautada por rigorosa avaliação realizada por equipe de educadores integrantes de universidades federais. Os educadores analisam qualidade e conteúdo pedagógicos, além de se responsabilizarem pela classificação dos livros que poderão ser escolhidos pelos professores. O resultado consta do Guia de Livros Didáticos, usado como referência também em escolas particulares. O programa já atende a todas as oito séries do ensino fundamental.

• PROGRAMA TEMPO DE LEITURA

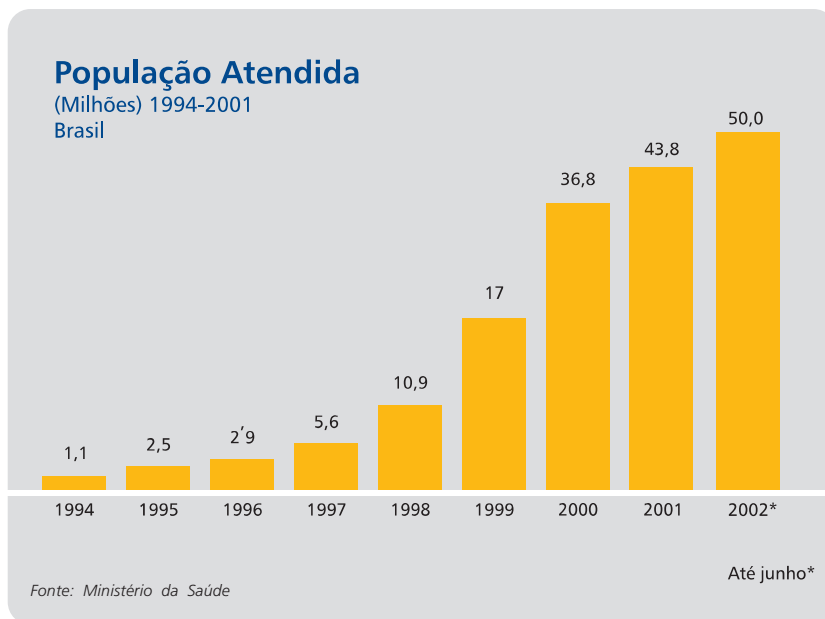
Em 2001 surgiu outra inovação: a compra e distribuição de livros de literatura diretamente aos alunos. Em uma iniciativa inédita no Brasil, os mais de oito milhões de estudantes de quarta e quinta séries de ensino fundamental das escolas públicas recebem, desde abril deste ano, uma coleção de cinco livros do Ministério da Educação, denominada Literatura em Minha Casa. Até o fim do ano serão distribuídos 47,5 milhões de livros. A idéia é incentivar e criar o hábito da leitura entre os alunos que, nesta idade, já têm desenvolvida a capacidade de compreensão de texto.

Saúde**Mortalidade infantil**
(por mil nascidos vivos)*Fonte: IBGE*

A melhoria da alimentação, das condições de saneamento, de habitação e os programas de transferência de renda do Governo Federal depois do Real tiveram reflexos positivos também no índice de mortalidade infantil, que manteve trajetória de queda nos últimos oito anos.

Na média do Brasil, houve queda de 82 óbitos por mil nascidos vivos em 1980 para 45,3 óbitos por mil, em 1991, e para 29,6 óbitos por mil em 2000. A diferença da Região Nordeste para a média nacional, que era de mais de 44 pontos em 1980, diminuiu para 18 pontos no fim do período. O Censo 2000, divulgado em maio deste ano, apontou que a mortalidade infantil caiu ainda mais: o indicador ficou abaixo dos 30 óbitos por mil nascidos vivos e cravou 29,6 óbitos por mil nascidos vivos.

• PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

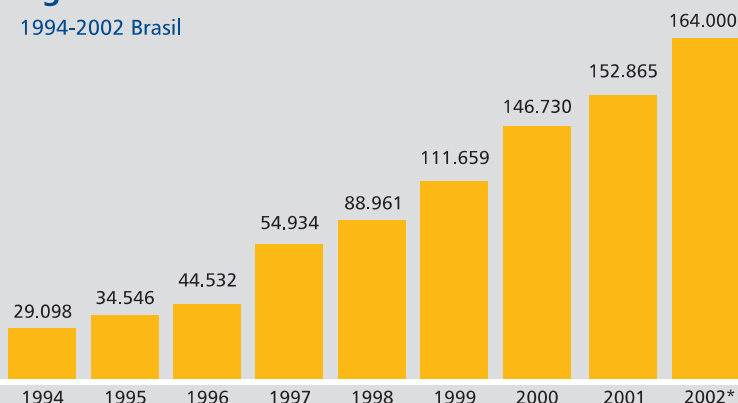


A estratégia de reorganização da assistência à saúde, com prioridade para a prevenção, tem seu fundamento no Programa Saúde da Família (PSF). O programa é de execução municipal, com critérios de organização definidos pelo Governo Federal. Em 1994, 328 equipes, formadas por pelo menos um médico, um enfermeiro, dois auxiliares de enfermagem e cinco agentes de saúde, atendiam a 1,1 milhão de pessoas – menos de 1% da população.

No final de 2000, o programa já contava com 10.674 equipes, a atender a 36,8 milhões de pessoas – 22,4% da população, em 3.109 municípios. Em 2001 já eram 13.168 equipes com cerca de 43,8 milhões de pessoas beneficiadas em 3.684 municípios. Neste ano, o programa atingiu a marca de 50 milhões de pessoas beneficiadas em 4000 municípios por cerca de 15 mil equipes.

Agentes comunitários de saúde

1994-2002 Brasil



Até junho*

Fonte: Ministério da Saúde

Para garantir e facilitar o tratamento familiar, o Governo Federal incrementou o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), que emprega pessoas da própria comunidade nas ações de prevenção. Em 1994, o programa contava com 29 mil agentes, responsáveis pelo monitoramento mensal da saúde de 16,7 milhões de pessoas em 879 municípios. Em 2001 já eram 152.865 agentes atuando em 4.786 municípios, com o benefício de cerca de 80,3 milhões de pessoas. Atualmente há 164 mil agentes que trabalham em 4.914 municípios, beneficiando cerca de 85 milhões de cidadãos.

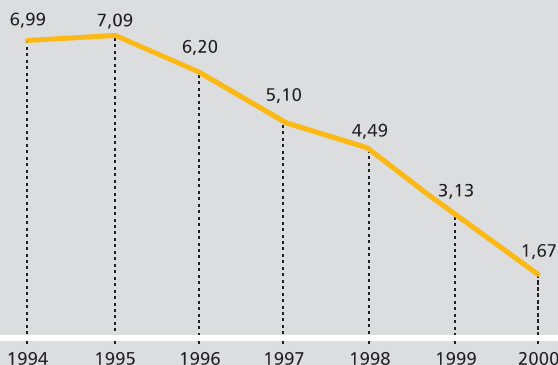
• POLÍTICAS DE PREVENÇÃO

Estimular a medicina preventiva é uma das metas do programa de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso que vem se cumprindo ao longo desses oito anos, com grandes avanços no que diz respeito, principalmente, às mulheres e às crianças.

Dentro do Programa Saúde da Mulher, que teve como prioridade a melhoria da qualidade da assistência à gestação, ao parto e ao recém-nascido, por exemplo, o número de atendimentos pulou de 1,8 milhão em 1994, para 10 milhões em 2000.

Mortalidade por Aids

óbitos por 100 mil habitantes



Fonte: MS

Outro avanço ocorreu na prevenção e tratamento da Aids. A projeção catastrófica que se fazia no começo da década de 80 sobre o avanço da doença no Brasil não se confirmou. A diminuição da mortalidade é marcante a partir de 1995, graças às campanhas de prevenção e à distribuição gratuita de medicamentos específicos pela rede pública de saúde. Devido à ação do Governo Federal, entre 1995 e 2000, houve redução superior a 25% no número de óbitos por Aids.

Atualmente, cerca de 100 mil pacientes recebem os doze medicamentos de combate à doença (retrovirais) a um custo de US\$ 245 milhões. Estimativas apontam que a distribuição gratuita de medicamentos de Aids reduz em 80% as internações hospitalares devido a males oportunistas ou sintomas graves da doença.

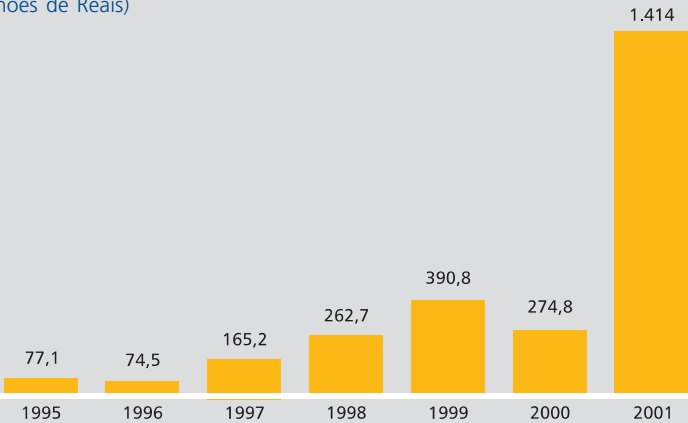
As atividades de vacinação, desenvolvidas na rotina dos serviços de saúde e nas campanhas, também têm contribuído para a obtenção de um País mais saudável.

O Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde completa 28 anos e merece destaque. Nos últimos seis anos, 100% das crianças com menos de um ano foram vacinadas com a BCG, contra a tuberculose. E mais: até o final de 2000, foram vacinadas 100% das crianças de 1 a 11 anos contra o sarampo. Mas a partir de 1999, o Ministério da Saúde começou a vacinar também idosos.

O Governo Federal lançou há quatro anos a Campanha Nacional de Vacinação do Idoso. Desde então, já foram aplicadas, entre 1999 e 2002, cerca de 38 milhões de doses de vacina contra a gripe em cidadãos maiores de 60 anos. Com a campanha, por ano são evitadas aproximadamente 15 mil internações de idosos por complicações pulmonares.

Recursos aplicados em saneamento básico

Brasil 1995 - 2001
(milhões de Reais)



Fonte: FUNASA/MS

Ações de saneamento básico

Brasil.1995-2001

Ano	Tratamento de Água		Melhorias Sanitárias Domiciliares		Esgoto Sanitário	
	Municípios Atendidos	Família Beneficiada	Municípios Atendidos	Família Beneficiada	Municípios Atendidos	Família Beneficiada
1995	134	69.592	95	18.111	40	21.348
1996	99	44.500	39	6.366	44	20.496
1997	238	97.663	95	14.040	76	31.749
1998	387	146.197	163	22.235	182	70.391
1999	407	150.684	262	35.399	203	77.348
2000	327	108.319	312	49.864	236	79.146
2001	1.013	864.448	1449	364.113	185	236.967
Total	2.605	1.481.403	2.415	510.128	966	537.445

Fonte: FUNASA/MS

Mas saúde se constrói também com outras medidas. Lançado em julho do ano passado, o Projeto Alvorada prevê investimentos para o biênio 2001/2002 de R\$ 2,6 bilhões em saneamento básico em todo o país.

• ATENDIMENTO PELO SUS

O novo perfil das assistências ambulatorial e hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS) está sendo construído para oferecer maior capacidade e qualidade dos serviços prestados, com humanização do atendimento.

Anualmente são realizados cerca de 350 milhões de atendimentos em 56.642 unidades distribuídas por todo o território nacional. Eles incluem procedimentos de atenção básica, especializados e de alta complexidade. Além disso, o atendimento hospitalar ao SUS conta atualmente com 11.028 leitos de unidades de urgência e tratamento intensivo, representando aumento de 20% em relação a 1994.

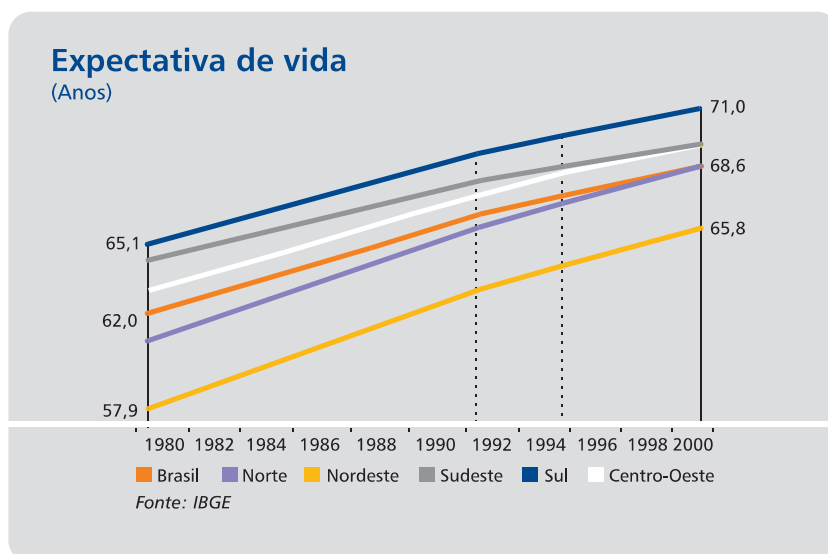
Merece destaque também a atenção dispensada aos portadores de doenças renais crônicas. Em 1995 foram realizadas 3,3 milhões de sessões de hemodiálise para atender a cerca de 23 mil pessoas. Em 2001 cerca de 6,5 milhões de sessões de hemodiálise beneficiaram 43 mil pessoas. Um crescimento de 86% no número de pacientes atendidos.

Uma nova visão facilitou a vida dos brasileiros com necessidades de cirurgia de catarata, próstata e varizes. Até 1998 esses procedimentos cirúrgicos eram realizados apenas na rotina das unidades do SUS. Para aumentar a oferta, reduzir as filas de espera e melhorar o acesso à assistência médica aos usuários do SUS foi iniciada, em 1999, a Campanha Redução de Filas com mutirões de cirurgias.

Nesses mutirões foram realizadas, apenas em 1999, 295.680 cirurgias de catarata, um aumento de 113% em relação ao ano anterior. Com a realização de 228.145 cirurgias em 2000, foram mais de 520 mil cirurgias de catarata no período de dois anos, o que leva à expectativa de eliminação da demanda reprimida por esse procedimento nos próximos três anos.

No caso dos mutirões para cirurgia de próstata (hiperplasia prostática benigna), cujos procedimentos de rotina não conseguiam acompa-

nhar o aumento da demanda provocada pelo envelhecimento da população, as mobilizações proporcionaram um aumento de 17% neste procedimento cirúrgico, se comparados os anos de 1995 e 2001. Já o crescimento da frequência das cirurgias de varizes no SUS foi de 77% no mesmo período.



A expectativa de vida do brasileiro aumentou 2,3 anos de 1992 até o fim da última década. O índice demonstra o acerto das ações preventivas do Governo Federal. É sensível, também aqui, a convergência do Nordeste para a média nacional. A diferença diminuiu de quase 7% para menos de 4%.

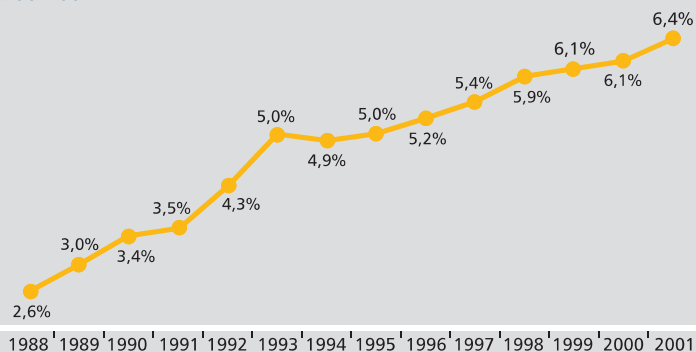
Previdência Social

A Previdência Social é um dos maiores programas de distribuição de renda do mundo. No Brasil, dados mostram que ela protege grande parcela da população idosa, em especial aqueles com renda mais baixa.

De acordo com dados do IBGE, para cada beneficiário da Previdência Social há em média mais 2,5 pessoas que, indiretamente, são beneficiadas. Desta forma, pode-se dizer que em 2001 a Previdência atendeu a 71,1 milhões de pessoas. Isso equivale a 41,9% da população brasileira.

Evolução da participação da despesa com benefícios pagos pela Previdência Social em relação ao PIB

1988-2001



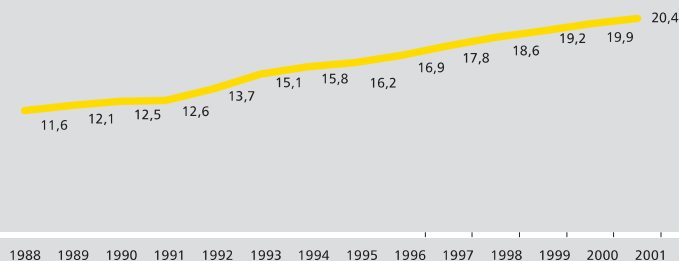
Fonte: INSS, IBGE e MF. Elaboração: SPS/MPAS

Obs: PIB 2001 = estimativa (SPE/MF)

Além disso, entre 1988 e 2001, o valor médio dos benefícios aumentou, em termos reais, 71,7%. Entre 1994 e 2001, observou-se um incremento real acumulado de 54,3%. A combinação do aumento da quantidade e do valor médio dos benefícios fez com que a despesa com benefícios pagos pela Previdência mais do que duplicasse, passando de 2,6% do PIB para 6,4% do PIB em 2001.

O resultado desta política foi a elevação da renda per capita dos aposentados. Ela subiu cerca de 30% entre 1992 e 1999, enquanto que a renda per capita média das famílias que não têm beneficiários da Previdência apresentou um incremento de 23%.

Evolução da quantidade de benefícios concedidos

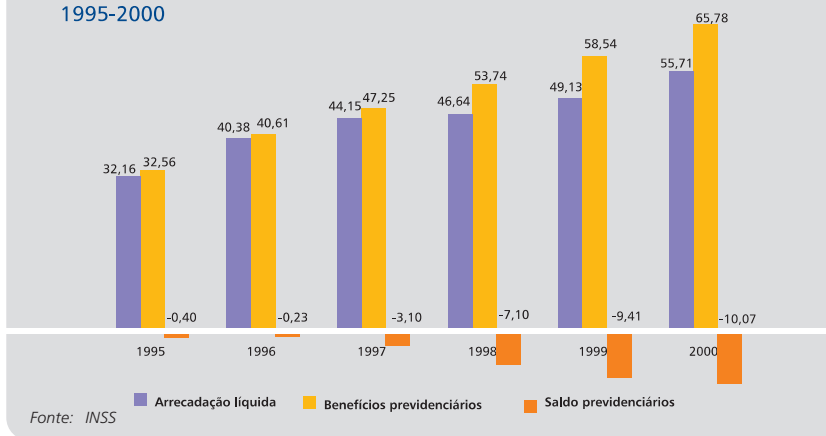


A partir da Constituição de 1988, houve um aumento expressivo na quantidade de beneficiários e no valor médio dos benefícios previdenciários. Entre 1988 e 2001, o número de benefícios pagos pelo sistema aumentou 75,4%, passando de 11,6 milhões para 20,3 milhões.

O expressivo aumento na concessão de benefícios é explicado, principalmente, pela concessão do salário-maternidade, conforme Lei 9.876/99, que estendeu a cobertura do benefício a todas as seguradas para a Previdência e transferiu a sistemática de pagamentos das empresas para o INSS.

Evolução da arrecadação líquida

Despesas com benefícios previdenciários e saldo previdenciário.
1995-2000



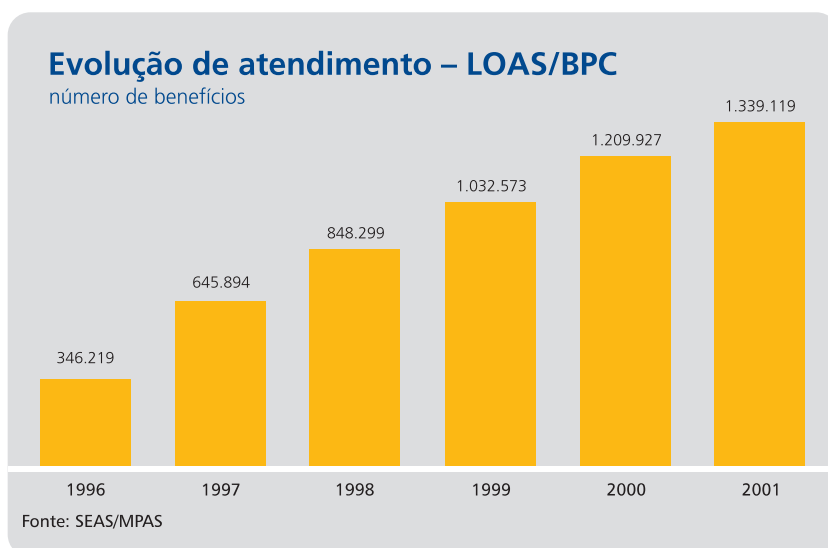
As receitas da Previdência Social em 2000 apresentaram desempenho 13,4% superior ao de 1999 com arrecadação de R\$ 55,7 bilhões. Esse aumento deveu-se a dois fatores: o impacto da Reforma da Previdência e a recuperação do nível de emprego formal.

Medidas impostas pela reforma como a retenção de tributos, os certificados da dívida pública, o salário-maternidade e a regularização de dívidas municipais, entre outros, foram responsáveis por um incremento de R\$ 3,7 bilhões na arrecadação de 2000.

O déficit previdenciário em 2000 totalizou R\$ 10,07 bilhões, volume 7,01% superior ao verificado em 1999, mas foi bastante atenuado se comparado aos períodos anteriores. Esse resultado é fruto do menor crescimento da despesa em relação ao aumento da receita.

Um dos principais componentes para a redução do déficit foi a reforma previdenciária. As mudanças nas condições de elegibilidade das aposentadorias por tempo de serviço, além de afetarem positivamente as receitas estendendo o período de contribuição, diminuíram os gastos em curto prazo, postergando a concessão de benefícios.

Além disso, o aquecimento do mercado de trabalho verificado em 2000 gerou resultados positivos na base de arrecadação.

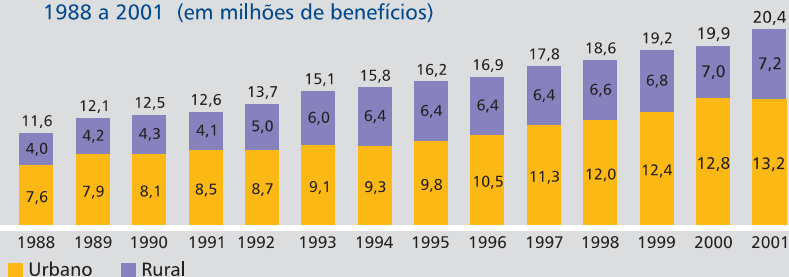


Um dos maiores programas de renda mínima da América Latina, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) garante um salário mínimo mensal a pessoas com 67 anos ou mais e a portadores de deficiência, incapacitados para o trabalho e para a vida independente.

Em ambos os casos, a renda familiar per capita dos beneficiários deve ser inferior a um quarto do salário mínimo. Previsto na Constituição e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o BPC começou a ser pago em 1986. Desde sua implantação até dezembro de 2001 foram concedidos 1,3 milhão de benefícios, sendo 870 mil para pessoas portadoras de deficiência e 469 mil para idoso. No ano de 2001 foram investidos R\$ 2,7 bilhões provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social.

Evolução da quantidade de benefícios mantidos pela Previdência Social, segundo a clientela

1988 a 2001 (em milhões de benefícios)



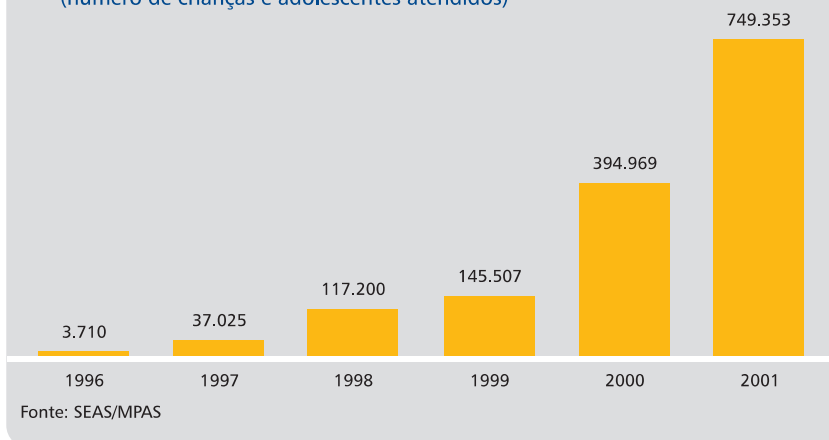
Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS. Elaboração: SPS/MPAS - Os dados são preliminares

Desde 1991, os trabalhadores rurais podem aposentar-se com benefício equivalente a um salário mínimo aos 60 e 55 anos de idade, no caso de homens ou mulheres, respectivamente. Como a contribuição para este benefício é inexpressiva e de difícil recolhimento, a Previdência Rural funciona como um grande programa de renda mínima para idosos no campo que, em 2001, transferiu recursos para 7,2 milhões de pessoas.

Assistência Social

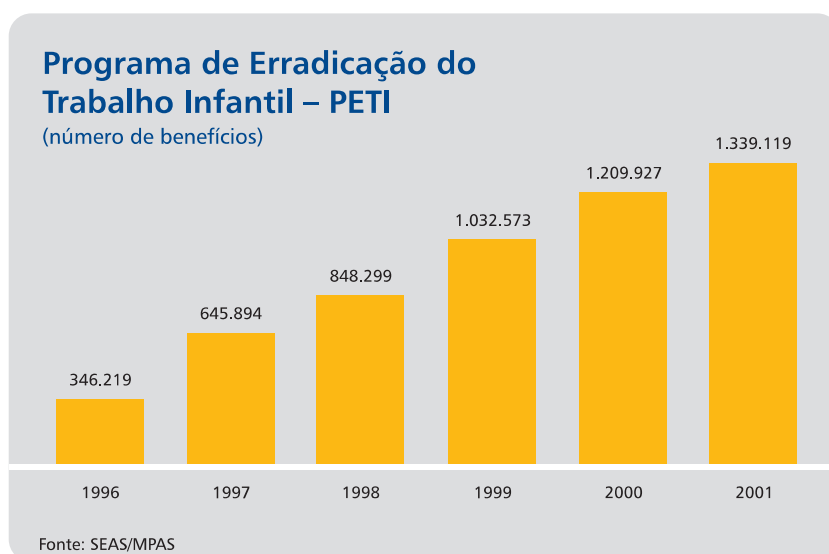
Evolução de atendimento – PETI

(número de crianças e adolescentes atendidos)



O Governo atua em várias frentes no que diz respeito à criança. Além do atendimento a gestantes e a recém-nascidos, garante apoio à criança de 0 a 6 anos, em modalidade que caracteriza-se como um serviço de ação continuada, fundamental para garantir o desenvolvimento biológico, psicológico e social das crianças. E tem um importante papel na redução dos índices de mortalidade infantil, de subnutrição, além de liberar os pais para o trabalho.

A unidade de atendimento oferece alimentação, atividades pedagógicas em horário integral ou parcial, além de desenvolver um trabalho sócio-educativo com as famílias e com as próprias crianças. Em 2001 foram beneficiadas 1,6 milhão de crianças, totalizando R\$ 253 milhões em recursos. O projeto prevê ainda a construção de brinquedotecas, acompanhamento da saúde das crianças, além de orientação para as mães no uso de alimentação alternativa de alto valor nutricional.

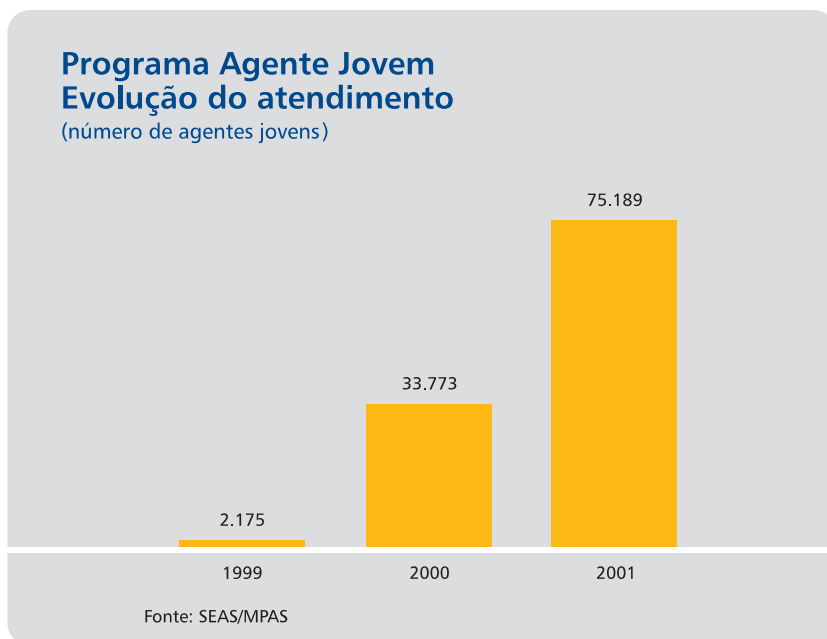


Em outra frente, o Governo ataca, por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), uma das modalidades de violência de que as crianças são vítimas. Ele envolve três tipos de ação: concessão da Bolsa Criança Cidadã às famílias; ações voltadas para a manutenção das crianças e adolescentes na Jornada Ampliada, onde são desenvolvidas atividades de reforço escolar, esportivas, artísticas, culturais e lúdi-

cas e ações destinadas à geração de emprego e renda para as famílias, buscando com isso, a sua inclusão social, contribuindo para o seu processo emancipatório e melhoria da qualidade de vida.

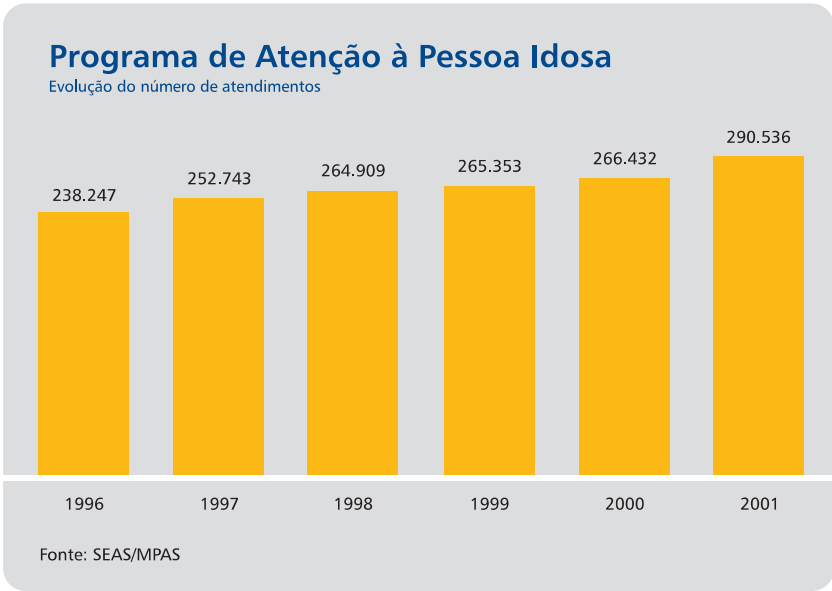
No ano de seu lançamento, em 1996, o PETI atendeu a, inicialmente, 1,5 mil crianças que trabalhavam em fornos de carvão e na colheita de erva-mate em 14 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul.

A estratégia mostrou-se eficiente e ganhou estímulo nos três anos seguintes. Em 1999 atendeu a 146 mil crianças e adolescentes em 237 municípios de 14 estados. Em 2001 foram beneficiadas 749 mil pessoas. Este ano a expectativa é de que o programa atinja mais de 866 mil crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos em todo o território nacional, com concessão de bolsa no valor de R\$ 25 por criança na zona rural e de até R\$ 40 na área urbana.



O projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano é uma nova proposta para adolescentes de 15 a 17 anos em localidades empobrecidas. O projeto tem por base experiências de sucesso de jovens e vem sendo trabalhado em todo País, incluindo as capitais.

Seu por objetivo é preparar adolescentes nesta faixa etária para o desenvolvimento pessoal e comunitário em dois eixos. O primeiro deles trabalha com a perspectiva de reintegração social e resgate dos vínculos familiares. O segundo tem como base a comunidade apoiando as áreas de saúde, meio ambiente e cidadania.

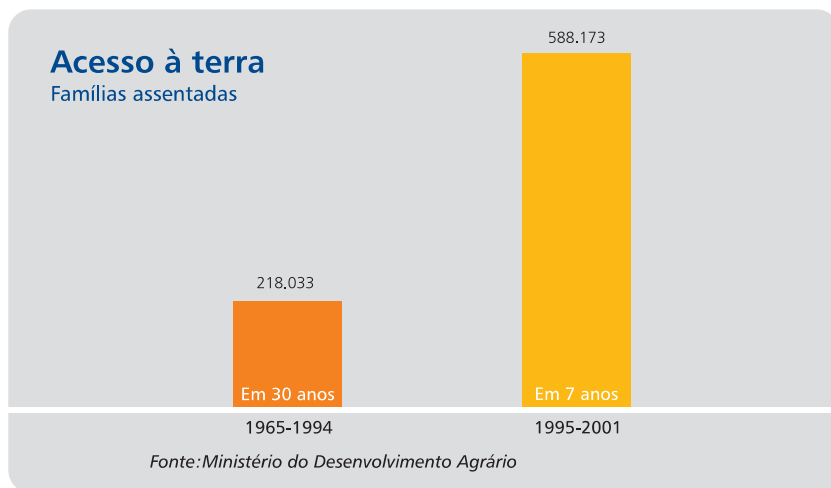


O Programa de Atenção à Pessoa Idosa atende a pessoas com 60 anos ou mais, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. No ano passado 297 mil pessoas foram atendidas com recursos provenientes do Serviço de Ação Continuada, representando um montante de R\$ 31 milhões.

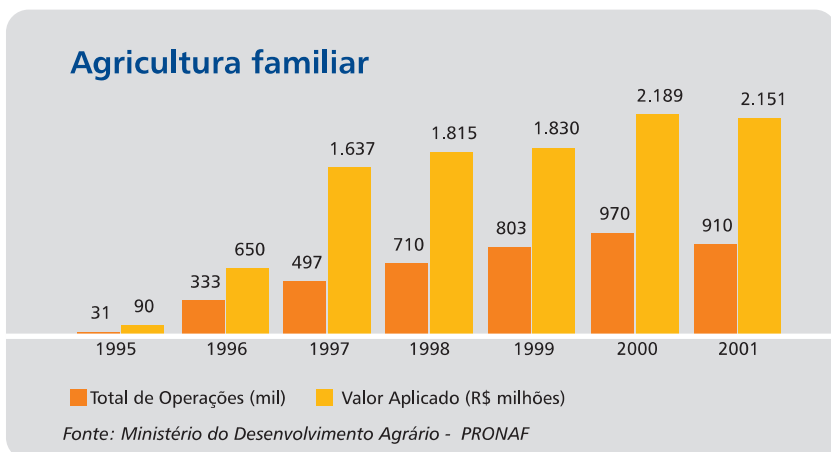
As tarefas de atendimento e inclusão do idoso na sociedade incluem vários projetos como: Residência Temporária – serviço em regime de internação do idoso dependente de cuidados biopsicossociais sistematizados pelo período de 60 dias; Centro de Convivência – fortalecimento de atividades associativas, produtivas e promocionais, contribuindo para a autonomia e o envelhecimento ativo e saudável; Família Natural – atendimento prestado ao idoso independente pela própria família, para a manutenção da autonomia e permanência no próprio

domicílio, preservando o vínculo familiar e de vizinhança; Centro Dia; Casa Lar; Assistência Domiciliar e Atendimento Integral Institucional.

Evolução no Campo



Um dos pilares da mudança fundamental da sociedade brasileira foi o acesso à terra. Em sete anos o governo assentou 565 mil famílias em 4.275 projetos criados em mais de 19 milhões de hectares de terras. Nos 30 anos anteriores foram assentadas 218 mil famílias. Esta nova realidade tira o Brasil das primeiras posições no ranking dos países com pior distribuição de terras do continente americano. Saímos da 5ª para a 12ª colocação. A meta para este ano é assentar cerca de 100 mil famílias.



Dados do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) mostram que, pela primeira vez no Brasil, se dá atenção a este tipo de produção.

Criado por este Governo, o Pronaf fornece crédito com juros mais baixos aos agricultores familiares e às cooperativas e associações de produção agrícola familiar. Os recursos podem ser usados no custeio da safra e da atividade pecuária ou em investimentos, como a compra de máquinas, equipamentos agrícolas, bens de produção e outros itens de infraestrutura indispensáveis a empreendimentos agropecuários e não-agropecuários do estabelecimento, a exemplo do turismo rural e do artesanato.

De 1995 a 2001, foram contratadas pelo Pronaf mais de 4,2 milhões de operações, com a aplicação de mais de R\$ 10 bilhões. Desde 1999, quando foi transferido para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Pronaf vem ampliando os benefícios aos agricultores familiares, seja no apoio ao desenvolvimento, na assistência técnica e extensão rural, seja no financiamento de atividades produtivas dos agricultores familiares, com créditos a juros fixos de 4% ao ano para mais de 1,3 milhão de famílias a cada ano.

Cultura

Patrocínio cultural – Leis de incentivo

	R\$ milhões
Música e artes cênicas	571,6
Produção e difusão cultural	555,4
Cinema, som e vídeo	492,0
Patrimônio cultural	483,4
Livro Aberto	229,9
Cultura Afro-brasileira	21,3

Fonte: MinC

A área da cultura beneficiou-se intensamente neste governo com os mecanismos de incentivo em parceria com organismos internacionais, estados e municípios, empresas públicas e iniciativa privada, assim como com o aporte de recursos orçamentários da União para projetos

de especial relevância para o País. Os recursos canalizados para a cultura aumentaram 69% de 1996 a 2001, passando de R\$ 266,9 milhões para R\$ 453,1 milhões. No final deste ano o incremento poderá chegar a 84%, favorecendo a consolidação de diversos segmentos culturais. As Leis de Incentivo à Cultura (8.313, de 1991 – Rouanet e 8.685, de 1993 (Audiovisual) foram importantes medidas criadas por administrações anteriores, que vigoram até hoje. Passaram, no entanto, a funcionar de modo mais amplo e efetivo a partir de 1995, quando o limite de desconto permitido às empresas patrocinadoras de projetos culturais foi ampliado e a autorização para a captação de recursos ficou mais ágil.

De 1997 a 2001, foram executados cerca de 9,7 mil projetos, com recursos da ordem de R\$ 2,4 bilhões, sendo R\$ 743 milhões dos orçamentos anuais e R\$ 1,6 bilhão decorrentes de captação com as leis de incentivo.

Evolução do cinema 1995-2000

	Lançamentos		Frequência de público		Percentual	
	Nacional	Estrangeiro	Nacional	Estrangeiro	Lançamentos	Público
1995	12	222	3.150.000	81.850.000	5,41	3,85
1996	23	236	2.550.000	59.450.000	9,75	4,29
1997	22	184	2.388.888	49.611.112	11,96	4,82
1998	26	167	3.606.279	66.393.721	15,57	5,43
1999	25	200	6.000.000	64.000.000	12,50	9,38
2000	24	133	7.551.000	64.828.340	18,05	11,65
Total	132	1.142	25.246.167	386.133.173	11,56	6,54

Fonte: MinC

No início da década de 1990 a participação do cinema nacional no mercado de exibição chegou ao nível mais baixo. De 1990 a 1994 foram lançados 29 filmes nacionais, enquanto as produções estrangeiras somaram 1.157, ou seja, os lançamentos nacionais corresponderam a 2,5% dos lançamentos estrangeiros.

Evolução do cinema
1990 a 1994

	Lançamentos		Frequência de público		Percentual	
	Nacional	Estrangeiro	Nacional	Estrangeiro	Lançamentos	Público
1990	7	231	10.000.000	85.101.000	3,03	11,75
1991	8	239	3.000.000	92.093.000	3,35	3,26
1992	3	237	36.113	74.963.887	1,27	0,05
1993	4	234	45.454	69.954.546	1,71	0,06
1994	7	216	271.454	74.728.546	3,24	0,36
Total	29	1.157	13.353.021	396.840.979	2,51	3,36

Fonte: MinC

A retomada do apoio governamental ao cinema brasileiro, a partir das leis de incentivo, permitiu o início da mudança desse quadro. A partir de 1995, as mudanças no setor audiovisual foram notáveis. Cento e sessenta novos longas, 669 curtas metragens e cerca de 80 documentários foram produzidos. A taxa de participação do cinema nacional no mercado de exibição, em relação ao cinema estrangeiro, atingiu 11% e os lançamentos nacionais representaram cerca de 18% no ano de 2000. Quatro filmes foram indicados para o Oscar de melhor filme estrangeiro. Duzentos prêmios foram conquistados em competições, cem dos quais em eventos internacionais. E 191 novas salas de exibição foram abertas em todo o Brasil.

Na comparação do período de 1990 a 1994 com o de 1995 a 2000, os lançamentos de filmes nacionais apresentaram um crescimento de 455%, passando de 29 para 132 filmes.

• PATRIMÔNIO CULTURAL

No período de 1995 a 2001, o governo contou com parcerias de governos estaduais e municipais e da sociedade na proteção do patrimônio cultural brasileiro, elevando núcleos históricos e reservas naturais à categoria de patrimônio mundial, título concedido pela Unesco. Os bens brasileiros eleitos nesse período foram os centros históricos de

São Luís (MA) e Diamantina (MG); as reservas de Mata Atlântica do Sudeste (SP e PR) e da Costa do Descobrimento (BA e ES), o Parque Nacional de Jaú (AM), o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (MT e MS) e a Cidade de Goiás (GO).

A preocupação com a preservação cultural refletiu-se num grande número de tombamentos de bens móveis, imóveis, naturais e núcleos históricos, entre eles os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos de Penedo (AL) e da Lapa (PR), o conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó (CE), o Hangar de Zeppelins, situado na Base Aérea de Santa Cruz (RJ), a Lagoa Rodrigo de Freitas (RJ), o estádio do Maracanã (RJ) e o Teatro Municipal de São Paulo.

Inúmeros bens foram restaurados com a finalidade de induzir o desenvolvimento do turismo, das fontes de pesquisa e do conhecimento. Entre eles estão o conjunto arquitetônico de Antônio Prado (RS) e a Capela de São João Batista, em Belém (PA), onde foram recuperados três murais do artista italiano Antônio José Landi.

O Programa Monumenta – Preservação do Patrimônio Histórico é hoje a maior fonte disponível para financiar a preservação do patrimônio histórico nacional. Resultado da parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação da Unesco, em sua primeira etapa 2000-2003 estará colocando à disposição mais de US\$ 200 milhões, sendo US\$ 62,5 milhões de empréstimo do BID, US\$ 62,5 milhões do Orçamento da União e de contrapartida de estados e municípios. O restante virá de instituições financeiras e empresas participantes.



Infra-estrutura

NESTES OITO ANOS, o governo mudou a concepção de desenvolvimento. Em vez de pensar na concentração numa certa área ou numa certa atividade para daí, em círculos progressivos, promover o crescimento de todos, o Governo optou por organizar as ações em função de eixos de desenvolvimento. O Brasil foi dividido em nove eixos: Arco Norte, Madeira-Amazonas, Araguaia-Tocantins, Transnordestino, São Francisco, Oeste, Rede Sudeste, Sudoeste e Sul.

Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento



Para cada um desses eixos não foi pensado apenas um projeto físico e de infra-estrutura, mas foram adensadas ações sociais. Todos os eixos são tratados como um conjunto de ações que vão se multiplicando e se adensando, somando-se umas às outras, de tal maneira que o Brasil possa viver uma transformação do conjunto. Essa integração não poderia ser mais pensada como nos anos 50 e 60. Hoje o mercado nacional está unificado. O que se precisa é, realmente, criar vínculos para obter uma distribuição mais equitativa dos benefícios do progresso.

Os eixos representam espaços territoriais delimitados segundo a dinâmica sócio-econômica e ambiental. A delimitação dos eixos foi definida a partir de quatro variáveis: a malha multimodal de transporte, a hierarquia funcional das cidades, os centros dinâmicos e os ecossistemas.

O objetivo do estudo dos eixos foi identificar uma série de oportunidades e de investimentos que contribuíssem para a redução dos custos de produção de bens e de serviços, para o fortalecimento da competitividade sistêmica da economia e para a redução das desigualdades sociais e regionais.

Como resultado, foram definidos investimentos públicos e privados no valor de R\$ 317 bilhões – planejados no período de 2000-2007. São projetos integrados nas áreas de energia, transporte, telecomunicações, desenvolvimento social, meio ambiente, informação e conhecimento.

O estudo dos eixos resultou em 952 projetos, muitos dos quais vêm sendo realizados pelo governo e pela iniciativa privada ou em parceria entre eles.

• TRANSPORTE

Dentro da lógica dos Eixos de Integração e Desenvolvimento, que tem na matriz de transportes um de seus elementos constitutivos, o Programa Brasil em Ação selecionou projetos cuja execução eliminasse gargalos e fortalecesse os corredores multimodais. Os projetos envolveram, de forma integrada, construção ou recuperação de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos.

• FERROVIAS

O processo de transferência da malha ferroviária brasileira para o setor privado iniciou-se em 1996, com a concessão do sistema da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) e foi concluído em 1999, com a concessão da Ferrovia Paulista (Fepasa). A privatização do setor gerou uma arrecadação de US\$ 1,7 bilhão.

O desempenho do sistema RFFSA, no período 1996 a 1999, revela a recuperação do nível de produção ocorrido em 1993 e o atendimento da demanda reprimida no transporte de cargas tradicionais. Houve grande redução no número de empregados diretos (de 28,3 mil para 13,4 mil) e aumento de produtividade no período. A tonelada útil transportada no sistema RFFSA cresceu entre 1999 e 2001, de 260 milhões para 306 milhões de toneladas. No sistema Companhia Vale do



Fonte: MPOG/SPI

Rio Doce o crescimento foi de 147,1 milhões para 165,6 milhões de toneladas. A movimentação de cargas na Ferrovia Norte-Sul evoluiu de 450 mil toneladas no período 1989/1994, para 2,5 milhões de toneladas entre 1995 e 2001.

O Programa de Investimentos dos Concessionários afetou positivamente a indústria de equipamentos ferroviários. Entre 1998 e 2000, os investimentos em ferrovias concedidos chegaram a R\$ 2,5 bilhões. Houve crescimento de 24% na produção de transporte, redução do índice de acidentes em torno de 27% e incremento de 24% na velocidade média de percurso, no período compreendido entre os anos de 1996 e 2001.

O segmento de trens urbanos não ficou de fora. A atuação do Governo Federal no segmento está organizada no Programa Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros que tem como objetivo melhorar, modernizar e operar sistemas de transporte ferroviário de passageiros em oito capitais, até as suas transferências aos respectivos estados e municípios. Atuam neste sentido a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre. Foram realizadas estadualizações dos sistemas do Rio de Janeiro e de São Paulo. O primeiro dos quais opera sob concessão privada. O desafio de atender ao transporte das populações das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Salvador e Fortaleza demandará a aplicação de recursos equivalentes a US\$ 1,4 bilhão até 2003. Adicionando a essa previsão os

O Programa de Investimentos dos Concessionários afetou positivamente a indústria de equipamentos ferroviários. Entre 1998 e 2000, os investimentos em ferrovias concedidos chegaram a R\$ 2,5 bilhões.

US\$ 608,3 milhões despendidos nos sistemas do Rio e de São Paulo, os investimentos realizados e previstos ultrapassarão a cifra de US\$ 2 bilhões até 2003, resultando na duplicação da capacidade total de transporte de passageiros nos metrô citados.

• PORTUÁRIO

Entre os anos de 1995 e 2001, a União investiu R\$ 1,5 bilhão no setor portuário, direcionados, principalmente, para a execução de obras de ampliação, recuperação e melhoramentos da infra-estrutura e de dragagens de aprofundamento em Pecém (CE), e também para as ampliações dos portos de Suape (PE), Sepetiba (RJ), Santos Tecon2 (SP) e Rio Grande (RS).

A movimentação geral de cargas nos portos brasileiros registrou aumento expressivo no período de 1996 a 2000, estimando-se uma movimentação, no ano de 2001, de 510 milhões de toneladas. Importante indicador da modernização do setor portuário, a movimentação de cargas em contêineres evoluiu de 1,1 milhão de unidades, em 1994, para 1,6 milhão (estimado) em 2001, representando um crescimento de 51%.



• AEROPORTOS

O governo ampliou ou renovou 12 aeroportos internacionais no Brasil.

Na Região Nordeste, são novos os aeroportos de São Luís (MA), Fortaleza (CE), Natal (RN), João Pessoa (PB) e Salvador (BA). As obras no de Recife estão em fase

de conclusão. Mas a renovação não foi feita só no Nordeste. No Acre e no Pará, na Região Norte, há aeroportos novos. Assim como também em Curitiba (PR) e em Porto Alegre (RS), na Região Sul. No Sudeste, o Aeroporto Tom Jobim, no Rio de Janeiro, ganhou um novo terminal e o Governo se prepara para lançar a terceira etapa do Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Ou seja, nesses oito anos, o Governo renovou integralmente os aeroportos do País, de tal forma que o comércio e o trânsito de pessoas se aceleraram enormemente.

• ESTRADAS E HIDROVIAS

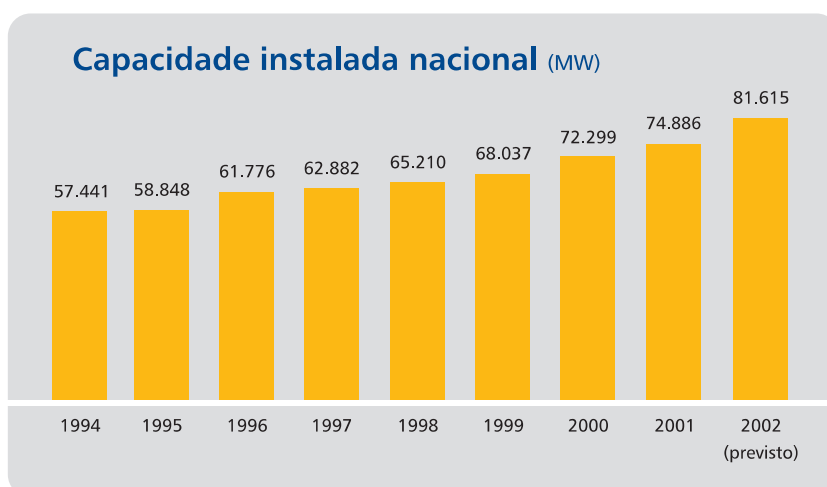
O processo de concessões de rodovias teve início em 1993 com a publicação de editais pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DNER),

por intermédio do Programa de Concessão de Rodovias Federais. O programa gerou, além do reaparelhamento e manutenção da infraestrutura existente, a ampliação e a modernização do complexo viário, incluindo duplicações, trechos novos, terceiras vias, faixas adicionais/marginais e entroncamentos. Sob o ponto de vista do investimento, estima-se a aplicação de R\$ 7,5 bilhões até 2004, em projetos apoiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A geração de empregos, tanto na construção quanto na operação e administração dos empreendimentos, tem sido outro aspecto importante do programa. Cerca de 13 mil empregos diretos foram gerados pelos programas federal e estaduais de concessão de rodovias.

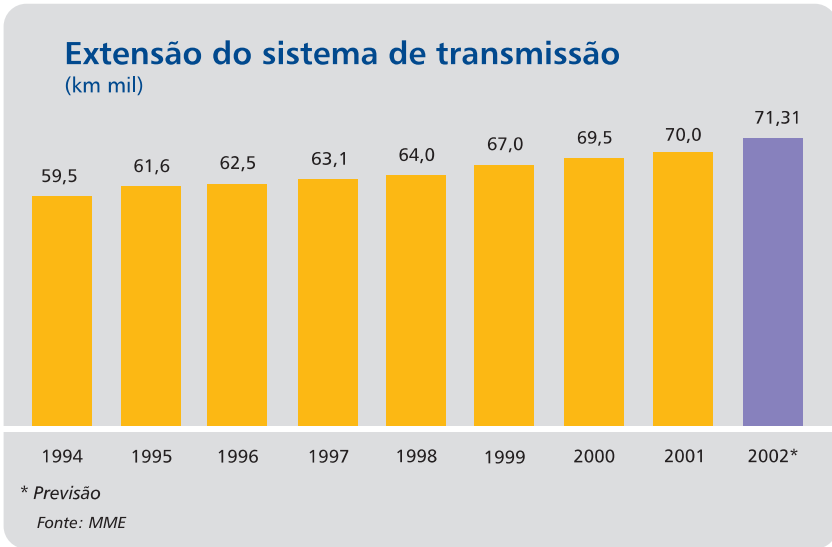
Na área de transporte hidroviário, o Governo Federal inaugurou, a partir de 1995, 1.100 km de novas hidrovias no País, iniciou a construção de outros 4 mil km, além de manter a navegabilidade em cerca de 8 mil km de hidrovias interiores.

A partir do desenvolvimento da infra-estrutura hidroviária interior, a iniciativa privada vem sendo estimulada a investir em terminais hidroviários de transporte de cabotagem. Em decorrência dessas ações, o transporte aquaviário interior cresceu 48% entre os anos de 1994 e 2001, quando atingiu a produção de cerca de 30 bilhões de tonelada/km anuais. Atualmente 25 milhões de toneladas de carga são movimentadas pela navegação interior, proporcionando economia de fretes da ordem de R\$ 120 milhões anuais.



Minas e Energia

As metas de capacidade instalada nacional de geração de energia para os exercícios 2001-2002 são respectivamente de 74.886 MW e 81.615 MW, correspondendo a um acréscimo de 42,08% em relação a 1994.



Entre 1995 e 2001, a rede de transmissão de energia elétrica foi expandida em mais de dez mil quilômetros.

Investimentos estimados

Tipo de investimento	Privado	Público	Total
Hidrelétrica	7.386	3.355	10.741
Térmica	11.256	5.566	16.822
Importação	1.317	-	1.317
Transmissão	2.299	1.167	3.466
Outras fontes**	5.715	480	6.195
Total	27.972	10.568	38.541
%	73	27	100

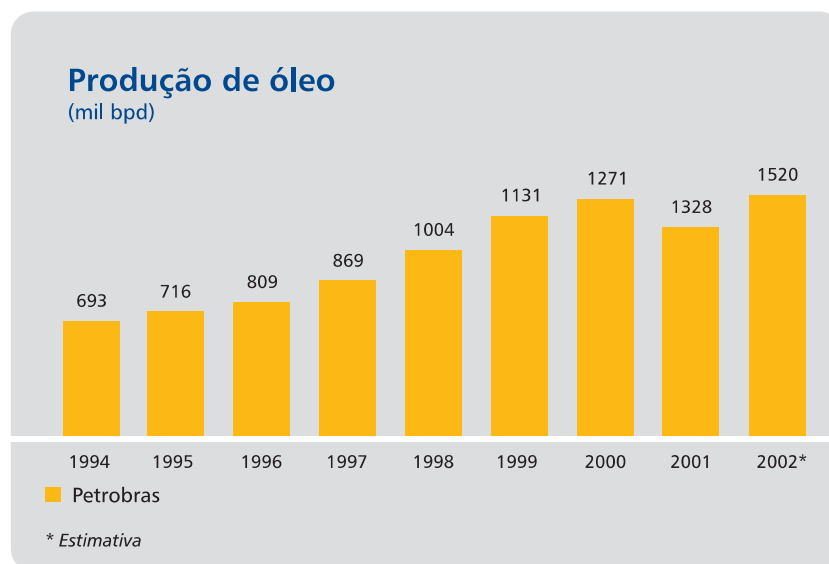
Fonte: MME

Os investimentos estimados no setor elétrico para o período de 2001-2003 são de cerca de R\$ 38,5 bilhões e virão principalmente do setor privado.

• PRODUÇÃO MINERAL

Dentro do Programa de Desenvolvimento da Produção Mineral vem sendo executadas ações para atrair os investimentos privados, estimados em US\$ 35 bilhões, para o cumprimento da meta de triplicar a produção da indústria extrativa mineral até 2010. Os resultados esperados indicam que o valor da produção atingido em 2000, de R\$ 15 bilhões, poderá alcançar R\$ 17 bilhões em 2001 e R\$ 45 bilhões no horizonte de projeção, trazendo como consequência a criação de cerca de 500 mil novos empregos diretos na atividade e aproximadamente 5 milhões de empregos indiretos na indústria de transformação mineral e nos setores fornecedores de máquinas e equipamentos, insumos e serviços.

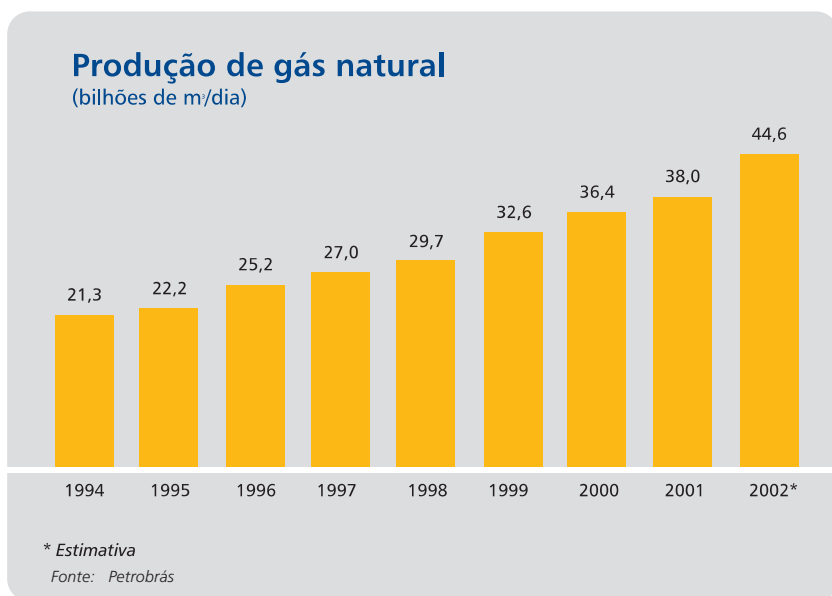
• PETRÓLEO



No setor de petróleo, o fim do monopólio estatal tem permitido a ampliação dos investimentos no segmento. Estima-se que, até 2005, o Brasil se torne auto-suficiente no abastecimento de petróleo. As ações

voltadas para uma maior oferta do produto e de gás natural no mercado permitiram que a produção interna de petróleo atingisse a média de 1,3 milhão de barris por dia em 2001, um crescimento de 92% em relação a média registrada em 1994. Em 2002 a previsão de produção de óleo é de 1,5 milhão de barris por dia. Os investimentos diretos da Petrobras, em exploração e produção somaram R\$ 15,2 bilhões no período considerado.

Por sua vez, a produção de gás natural aumentou 78% entre 1994 e 2001, atingindo uma média diária de 38 bilhões de metros cúbicos. Estima-se que esse número se eleve para 44,6 bilhões de metros cúbicos até o final deste ano.



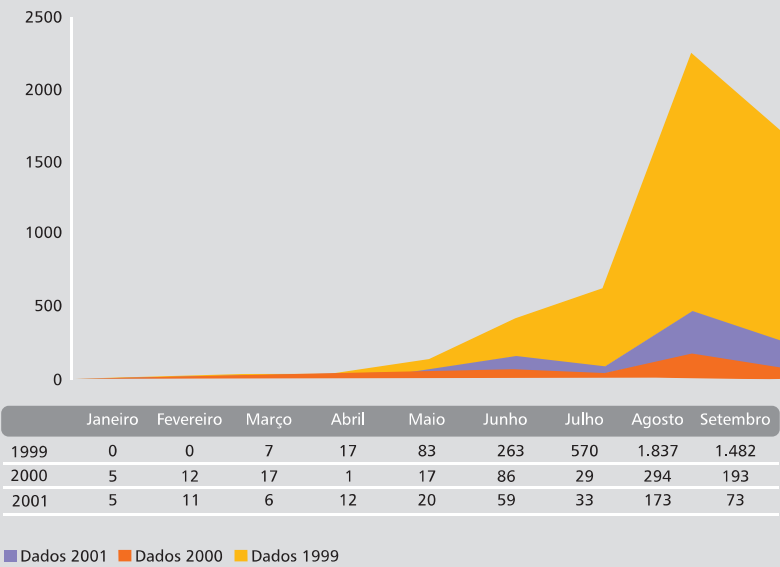
Meio Ambiente

• DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Apesar de ter sido o primeiro entre 175 países a assinar a Agenda 21, até meados da década passada a questão ambiental ocupou lugar relativamente modesto no rol de prioridades do Estado Brasileiro. Neste governo, no entanto, a questão ambiental vem ganhando força. Houve mudanças importantes na legislação. Merecem destaque a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.065, de 1998) e o decreto presidencial 3.179, de 1999, que consolidam, atualizam e ampliam os dispositivos legais sobre

o meio ambiente, reforçando a proteção aos recursos naturais, bem com a nova Lei das Águas, de 1997, que organiza o planejamento da gestão sustentável dos recursos hídricos. Houve também um substancial aumento dos recursos federais destinados à área do meio ambiente. Entre 1994 e 2002, os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual para os programas do Ministério do Meio Ambiente cresceram 4,6 vezes, passando de R\$ 286 milhões para R\$ 1,6 bilhão.

Comparativo do número de alertas verdes na Amazônia: 1999- 2000



Fonte: MMA – Ministério do Meio Ambiente

Na Floresta Amazônica, os desmatamentos e queimadas foram estimados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 1997, em 13 mil quilômetros quadrados por ano. Para enfrentar esta situação, o Programa Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais (Florescer) realiza, de forma descentralizada e simultânea, ações de combate direto a queimadas e incêndios, de prevenção e recuperação de áreas degradadas e de educação e capacitação

de produtores e comunidades rurais na utilização de novos equipamentos e tecnologias.

O programa tem produzido resultados expressivos. De 1999 para 2000, verificou-se redução da ordem de 84% no número de alertas verdes (desmatamento). De 2000 para 2001 ocorreu nova redução, desta vez de 41%. Ao mesmo tempo, observou-se a redução da ordem de 20% no número de alertas amarelos (fogo) de 2000 para 2001.

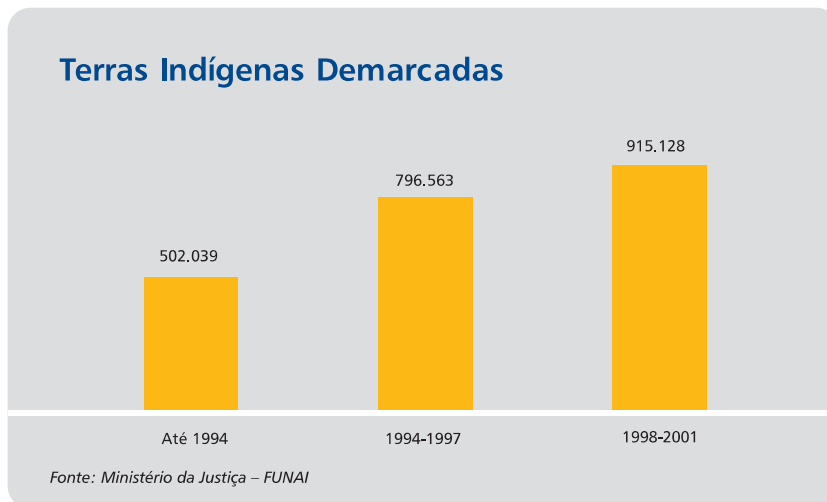
• CRIAÇÃO DE PARQUES E RESERVAS NATURAIS

O Programa Parques do Brasil foi criado com o objetivo de facilitar a coordenação e a integração dos esforços de gestão nos níveis federal, estadual e municipal, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A meta do programa é atingir a proteção de 10% de cada um dos biomas brasileiros para garantir a proteção da biodiversidade, a geração de emprego e renda – por intermédio de práticas econômicas sustentáveis – e a melhoria da qualidade de vida da população.

Existem hoje no Brasil 546 Unidades de Conservação Federais, somando uma área de 43,2 milhões de hectares ou 5,07% da área total do País. O Ministério do Meio Ambiente está ligando, por intermédio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), as unidades de conservação de todos os ecossistemas em grandes corredores ecológicos que permitem o trânsito seguro da fauna e da flora, necessário à recolonização dos animais e à recomposição de áreas degradadas. Dos 15 corredores ecológicos, metade está em fase de implementação.

Em 2001 foram criadas cinco novas unidades de conservação nas áreas de três corredores e outras dez estão em estudo pelo Ibama. Além disso, em 2001 o Ibama reconheceu 53 Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Atingiu-se assim um total de 345 reservas federais nos onze anos de vigência do programa de incentivo à transformação de propriedades privadas em áreas de preservação da natureza.

Questão indígena



As terras indígenas identificadas no Brasil ocupam aproximadamente 1.018.222 km², o correspondente a 11,91% do território nacional. Nos 8 anos do real foram demarcados 413.089 km², um aumento de 82% nas terras até então demarcadas. A grandeza dessa ação pode ser visualizada ao somarmos as superfícies da Bélgica, Holanda, Suíça, Áustria e Portugal (313.475 km²), menos que a extensão demarcada.

Para garantir o direito dos índios sobre as terras tradicionalmente por eles ocupadas, foi promulgado em 8 de janeiro de 1996 o Decreto nº 1.775, que passou a assegurar maior transparência e consistência jurídica ao procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas. As demarcações que se encontravam paralisadas em 1995 recomçaram, tornando-se mais expressivas em 1997 e 1998.

Reforma Fiscal

Construir um regime fiscal sólido e transparente que assegure a solvência do Estado brasileiro tem sido um objetivo permanente deste governo. Isso é fundamental para que se consolide um ambiente macroeconômico favorável ao investimento e ao crescimento da renda, do emprego e dos serviços sociais, por seus efeitos positivos sobre o nível de poupança doméstica, sobre o custo do capital e também sobre a taxa de juros.

Nos últimos anos ficou evidente que somente a definitiva estabilização da economia e o respeito à restrição orçamentária do governo – agora assegurada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – podem manter o País na rota do desenvolvimento econômico e social.

Para que a dinâmica fiscal pudesse sustentar a estabilidade da moeda, mostrou-se indispensável começar um ciclo de reformas estruturais que permitissem disciplinar o gasto público, de forma que as prioridades da sociedade pudessem ser atendidas sem prejuízo do crescimento econômico.

No contexto da reestruturação do sistema financeiro nacional e da solução do endividamento dos estados, sanearam-se os bancos públicos estaduais e a maioria transformou-se em agência de fomento ou seguiu o caminho da privatização.

O País superou o falso dilema que contrapõe estabilidade fiscal e inclusão social. Mesmo mantendo superávits expressivos, o gasto social no Brasil passou de 13% do PIB em 1995 para 15,7% em 2000. A austeridade fiscal proporcionou uma melhor utilização dos recursos públicos que foram prioritariamente destinados à área social para construir – como construímos a estabilidade econômica – as oportunidades de um futuro melhor para milhões de brasileiros.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Estado de Comunicação de Governo

Apoio

Ministério da Educação

Apoio Institucional

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Cópias adicionais desta publicação podem ser solicitadas à

Secretaria de Estado de Comunicação de Governo

Esplanada dos Ministérios, bloco A, 5ª andar

Brasília-DF CEP: 70.054-900

Telefones: (61) 411-4834, 411-4890 Fax: (61)226-7026

secom@planalto.gov.br

www.presidencia.gov.br